

oikos

cooperação e desenvolvimento

relatório de
responsabilidade oikos

ano zero 2006-07

versão condensada

oikos

cooperação e desenvolvimento

relatório de responsabilidade oikos
ano zero

versão condensada



índice

2	1.	relatório de responsabilidade oikos – ano zero
3		mensagem de João José Fernandes director-geral executivo
5		relatório de sustentabilidade de uma ONGD – assumir um projecto inovador
7		relatório de responsabilidade oikos – ano zero versão condensada
7		declaração de validação
7		declaração de nível

9	2.	oikos – quem somos
10		princípios
11		objectivos estratégicos oikos
11		o nosso modelo de <i>governance</i>
14		criar valor partilhado
15		os nossos resultados económicos e financeiros
15		<i>fundraising</i> ético
18		responsabilidade ambiental
20		responsabilidade social

25	3.	o que fazemos
26		critérios de avaliação dos projectos analisados no relatório de responsabilidade oikos – ano zero
28		projectos de acção humanitária
36		projectos de vida sustentável
50		projectos nos países em desenvolvimento
52		projectos de cidadania global

59	4.	os nossos compromissos
----	-----------	-------------------------------



1

relatório de responsabilidade oikos ano zero

desafio ONGD: bom governo, transparência e impacto

Nos primeiros anos do século XXI assistimos a um profundo processo de mudança nos sistemas de governo, quer ao nível local, quer ao nível global.

A governação já não é uma função exclusiva do Estado, mas sim uma tarefa à qual são chamadas as organizações dos três sectores: sector público, mercado e terceiro sector.

Esta sociedade relacional vem colocar novos desafios às ONG, nomeadamente àquelas que, como a oikos, têm uma intervenção transnacional. O maior dos desafios consiste na permanente necessidade de comprovar a legitimidade social e a “licença para operar”, que advêm da capacidade de:

- ▶ alinhar a actividade com a missão e valores da organização;
- ▶ demonstrar o impacto criado junto dos beneficiários;
- ▶ comprovar a eficiência na gestão dos recursos financeiros.

Esta legitimidade social e “licença para operar” implicam a avaliação e o reporte da actividade desenvolvida perante os *stakeholders* identificados, ou seja, um processo de governação transparente e procedimentos de prestação de contas.

O presente relatório é o instrumento que permitiu à oikos estabelecer e transparecer uma linha base para avaliação do seu desempenho organizacional, tendo em consideração os pilares do desenvolvimento sustentável.

Ao fazê-lo, de forma voluntária e pioneira, assumimos os riscos inerentes.

O primeiro risco é o incorrido por quem abre um caminho novo. Para se avaliar é necessário traçar metas e destinos, definir resultados e criar indicadores.

Avaliar a actividade da oikos, na sua integralidade e projecção transnacional, obrigou-nos a criar indicadores que serão alvo de melhoria através do processo de envolvimento dos *stakeholders* identificados.

Como podemos constatar nos dados validados deste relatório de responsabilidade oikos – ano zero, referentes à linha-base de performance oikos, atingimos de forma clara e evidente os objectivos e resultados definidos no âmbito dos diversos projectos e sectores de intervenção. Contudo, consideramos ser importante melhorar de forma sistémica a monitorização, avaliação e auditoria da nossa actividade, através do reforço de indicadores quantitativos e qualitativos de impacto.

Como medida de gestão do risco do pioneirismo, assumimos o desafio de disponibilizar a todos e, em especial, às organizações do terceiro sector, o conhecimento construído e o modelo de reporte obtido.

Para que possamos melhorar a qualidade do terceiro sector em Portugal é necessário que outros se associem ao nosso esforço, para que, em conjunto, possamos desenvolver e aplicar referenciais e ferramentas de *benchmarking* e de melhoria.

Acreditamos numa estratégia de cooportunidade, no reforço da cooperação entre actores sociais, de modo a aumentar o impacto na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável.

O segundo risco é inerente à transparência. Numa sociedade pouco habituada à prestação de contas, são frequentemente premiadas as organizações com maior capacidade de comunicação e marketing, em detrimento daquelas que demonstram abertamente as fragilidades.

Reportar de forma integrada a gestão da actividade da oikos, leva-nos a demonstrar não só o nosso desempenho positivo face aos resultados negociados com os financiadores e nos impactos junto das comunidades beneficiárias, onde ultrapassamos os nossos compromissos, mas também, a evidenciar as nossas fragilidades.

Uma dessas fragilidades é o nosso modelo de financiamento, demasiado concentrado em doadores institucionais, com consequências ao nível da capacidade de resposta, originando dificuldades na execução financeira. Estamos certos que, ao aumentarmos a nossa autonomia financeira e execução orçamental, poderemos aumentar ainda mais o nosso impacto.

O terceiro risco é dado pelas expectativas que vamos criar com a apresentação do presente relatório, quer junto do público interno, quer junto dos *stakeholders* externos.

O relatório de responsabilidade oikos – ano 1, previsto para Junho de 2008, deverá apresentar os progressos verificados nos compromissos assumidos.

Neste sentido, os órgãos sociais da oikos aprovaram o projecto de reforço do processo de profissionalização da organização o que implicará, entre outros aspectos, o desenvolvimento de um sistema integrado de gestão oikos (SIGO) e a preparação para o processo de certificação de qualidade ISO 9001 e de responsabilidade social SA 8000.

Incorporamos como desafios operacionais, a melhoria dos procedimentos administrativos e financeiros e sua articulação com o SIGO, bem como a integração transversal do sistema de monitorização, avaliação e auditoria, por forma a responder às necessidades de informação e controlo de gestão dos vários

níveis da organização: governo da organização e relacionamento com os *stakeholders*, operações, serviços partilhados, representações e coordenação de programas e projectos.

Com o objectivo de nos ajudar a repensar de forma contínua as opções escolhidas e a reposicionar a estratégia perante os desafios constantes, a assembleia geral de Dezembro de 2006 decidiu proceder à instituição de um Conselho *Multistakeholder* de Gestão de Risco.

Para enfrentarmos estes desafios, é fundamental trabalhar em parceria com outros actores sociais, não apenas nas operações ao nível da acção humanitária, vida sustentável e cidadania global, mas também, no reforço da nossa capacidade organizacional.

O sistema de gestão integrado oikos (SIGO) só será possível com a parceria já estabelecida com a DreamSolutions, empresa da área das tecnologias. A melhoria do sistema de contabilidade, finanças e de prestação de contas que assumimos só será possível através de um contínuo processo de revisão e melhoria acompanhado pela Revisora Oficial de Contas, Dr^a Ana Calado.

O valor deste relatório encontra fundamento na verificação e validação da informação efectuada pela SGS, a quem agradecemos o momento de aprendizagem partilhado, vivenciado no decorrer da auditoria.

Uma palavra final, mas decisiva, para todos os colaboradores e parceiros que em Portugal, na Europa, África, Ásia e América Latina contribuíram para tornar possível a elaboração deste relatório.

Sem o seu contributo e dedicação, este trabalho não teria sido possível e só com o seu empenho futuro serão enfrentados os desafios e aproveitadas as oportunidades de melhorar a nossa capacidade de criação de impacto na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável.



João José Fernandes
director-geral executivo da oikos – cooperação e desenvolvimento

relatório de sustentabilidade de uma ONGD: assumir um projecto inovador

Ao assumir, de forma voluntária, o desafio de elaborar e partilhar um reporte de sustentabilidade da actividade da oikos, reafirmamos a nossa postura de envolvimento e corresponsabilização dos actores sociais, através dos *stakeholders* identificados: associados, directivos, colaboradores, voluntários e redes solidárias da oikos, redes de pertença, financiadores, parceiros e beneficiários.

Queremos ser reconhecidos como uma organização internacional líder no desenvolvimento de soluções sustentáveis para a erradicação da pobreza, cumprindo a nossa missão: *erradicar a pobreza e reduzir as assimetrias económicas e de conhecimento, através do envolvimento e corresponsabilização dos actores sociais e do desenvolvimento de soluções sustentáveis, para que todas as pessoas exerçam o direito a uma vida digna.*

Subjacente à elaboração do relatório, está a decisão de reforçar o processo de profissionalização da oikos, que passará pela obtenção, até 2009, da certificação de qualidade ISO9001 e de responsabilidade social SA8000.

objectivo geral

Desenvolvimento de uma cultura de equidade, responsabilidade, transparência e *accountability*, através de um processo de envolvimento dinâmico dos distintos actores sociais identificados, para partilha de conhecimento, de objectivos, expectativas e resultados, que permitam a criação de “bem comum”.

objectivo específico

Estruturar o processo de profissionalização da organização, através da definição e reporte de uma linha-base de performance oikos, segundo os pilares de sustentabilidade da organização.

resultados esperados

- R1 processo interno de aprendizagem e melhoria contínua iniciado;
- R2 relacionamento, comunicação e criação de valor partilhado com os *stakeholders* identificados melhorados;
- R3 reposicionamento estratégico e liderança social e reputação institucional reforçadas;
- R4 solução/modelo de fortalecimento e profissionalização do terceiro sector desenvolvido.

enquadramento conceptual e princípios de elaboração

- ▶ Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- ▶ Convenção sobre os Direitos da Criança;
- ▶ Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho;
- ▶ Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento;
- ▶ Carta da Terra;
- ▶ Princípios do *Global Compact*;

- ▶ Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- ▶ *International Non Governmental Organisations Accountability Charter*;
- ▶ *One World Trust – The Global Accountability Project Framework*;
- ▶ *One World Trust – Methodology for the 2006 Global Accountability Report*;
- ▶ O compromisso com os *stakeholders* – UNEP e *AccountAbility*;
- ▶ Guia Keystone para o diálogo com os *stakeholders*;
- ▶ *AccountAbility AA 1000 Standard*;
- ▶ Abordagem BOND para a qualidade das INGO;
- ▶ Directrizes do *Global Reporting Initiative* GRI- G3;
- ▶ Sistema de Gestão da Qualidade – norma de referência: NP EN ISO 9001:2000;
- ▶ Sistema de Gestão de Responsabilidade Social – norma de referência SA 8000;
- ▶ Referencial de auditoria da DG ECHO.

promover a responsabilidade, a transparência e a *accountability*

Os actuais desafios que se colocam à humanidade implicam uma resposta de cidadania participativa e um compromisso ético de promoção do desenvolvimento humano e sustentável à escala local e global, em que os governos, as empresas, a sociedade civil organizada e os cidadãos assumam a suas responsabilidades.

Estamos perante a exigência de promover uma cultura de equidade, de transparência e de *accountability*.

No processo de elaboração do presente relatório seguimos os princípios da *International Non Governmental Organisations Accountability Charter*, as indicações do *AccountAbility AA 1000 Standard*, as recomendações da *One World Trust – Methodology for the 2006 Global Accountability Report*, as directrizes do *Global Reporting Initiative GRI-G3* e o referencial de auditoria da CE/DG ECHO;

princípios para a definição do conteúdo transparência, materialidade, relevância, inclusividade, contexto da sustentabilidade, abrangência e complete.

princípios para assegurar a qualidade do relatório equilíbrio, exactidão, comparabilidade, auditabilidade, periodicidade/conveniência, clareza/acessibilidade e confiabilidade.

Os critérios definidos em termos de materialidade, relevância e inclusividade, nomeadamente para a selecção, análise e divulgação das informações estão devidamente identificados na análise dos pilares de sustentabilidade oikos e na caracterização da sua linha-base de performance.

contexto da sustentabilidade

Os processos, procedimentos e hipóteses utilizados na elaboração do presente relatório têm por base os resultados e metodologias operacionais e o futuro **sistema integrado de gestão oikos – sigo**, enquadrados num contexto mais amplo de sustentabilidade, segundo quatro pilares:

- GV** *governance*,
- VC** *value chain* | cadeia de valor responsável,
- ER** *environmental responsibility* | responsabilidade ambiental,
- SR** *social responsibility* | responsabilidade social.

âmbito e limite

Este relatório aborda toda a actividade da oikos – cooperação e desenvolvimento, integrando as operações da sede e das delegações. Os critérios definidos para a selecção, análise e divulgação das informações e dos dados ventilados são os seguintes:

actividade oikos

- ▶ a análise da actividade aborda o desempenho e os impactos a nível económico, ambiental e social:
 - ▶ os impactos económicos e sociais relatados têm em consideração o universo global de actuação da oikos;
 - ▶ ao nível dos impactos ambientais, e devido em grande parte à especificidade da nossa acção e ao actual sistema de validação da informação, apenas reportamos a actividade da sede. É nossa expectativa desenvolver competências para que, em 2009, o reporte do impacto ambiental abranja a totalidade do universo de intervenção da oikos.
- ▶ para a definição da linha-base de performance oikos consideramos todos os projectos alvo de análise contabilística no exercício referente ao ano de 2006, devidamente enquadrados pelos relatórios intermédios e finais validados pelos financiadores e auditores externos e pelos relatórios de auditoria elaborados por entidades externas.
- ▶ foram incluídos todos os projectos, independentemente do papel desempenhado e da responsabilidade assumida pela oikos;
 - ▶ nos projectos, campanhas e eventos em que a oikos assume a responsabilidade de cabeça de consórcio, a análise considera a totalidade da acção. Nos casos em que desempenha um papel de parceiro, a análise foca os desempenhos correspondentes à responsabilidade assumida e imputada à oikos;
- ▶ os dados dos projectos que não tenham terminado no decorrer de 2006, e considerando a necessidade de disponibilizar informação passível de análise de tendências e de comparabilidade com iguais períodos de reporte em relatórios futuros, têm como data de avaliação Abril de 2007;
 - ▶ para estes projectos, os resultados foram ponderados pelo intervalo de tempo entre o início das actividades e Abril de 2007.

estrutura oikos

- ▶ os dados e as informações referentes à estrutura da oikos correspondem à realidade vivenciada em Agosto de 2007;
- ▶ os critérios de análise e reporte são idênticos para a totalidade da estrutura, compreendendo a sede e as delegações nos seguintes países: Angola, Bolívia, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, Indonésia, Moçambique, Nicarágua, Peru e Portugal.

metodologia de avaliação

Todos os indicadores utilizados no relatório são explicados no momento da sua apresentação, possibilitando assim o seu entendimento e comparabilidade futura.

cronograma e tipologia para os futuros relatórios

- ▶ Junho de 2008: **relatório de responsabilidade oikos – ano 1**;
- ▶ Junho de 2009: **relatório de responsabilidade oikos – ano 2**;
- ▶ Junho de 2010: **relatórios sectoriais de responsabilidade oikos – ano 3**.

verificação de contas

O relatório e contas da oikos referentes ao exercício do ano de 2006, cujos dados são referidos neste relatório de sustentabilidade, foram verificados e auditados por:

Ana Isabel Calado da Silva Pinto ROC. n.º 1103
Rua Fernando Lopes Graça, 18 A – 1600-067 Lisboa
telefone +351 21 754 0300 · fax +351 21 754 0298
e-mail: anacalado.pinto@netcabo.pt

verificação externa do relatório

Em conformidade com a declaração de verificação apresentada, o presente relatório foi verificado segundo a norma de referência: Directrizes para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI de 2006 (G3), pela entidade: **SGS ICS** – Serviços Internacionais de Certificação, Lda. Pólo Tecnológico de Lisboa, Lote 6, Pisos 0 e 1 – 1600-546 Lisboa
telefone: +351 21 710 4200 · fax: +351 21 715 7520
www.pt.sgs.com

agradecimentos, informações complementares e contactos

A elaboração deste primeiro relatório de sustentabilidade foi possível devido ao esforço e empenho dos nossos colaboradores. A todos o nosso sentido obrigado.
Aos nossos parceiros estratégicos para o processo de reforço de profissionalização: SGS, KPMG, Dreamsolutions, Avina e Cies agradecemos a confiança e o incentivo permanente.

Para consulta adicional de informação, disponibilizamos os seguintes contactos:

João Carvalho – director de desenvolvimento
jcarvalho@oikos.pt

Marisa David – sigo – inovação e melhoria
marisa.david@oikos.pt

oikos – cooperação e desenvolvimento
R. Visconde Moreira de Rey, 37 – 2790-447 Queijas, Oeiras, Portugal
Telefone (+351) 21 882 3630 · Fax (+351) 21 882 3635
www.oikos.pt

relatório de responsabilidade oikos – ano zero versão condensada

Com o objectivo de possibilitar, a todos os *stakeholders* identificados, uma leitura rápida e sintética do relatório de responsabilidade oikos – ano zero, devidamente elaborado e validado segundo as directrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI de 2006 (G3), disponibilizamos esta versão condensada.

A versão integral encontra-se em www.oikos.pt.

En el transcurso de los últimos cinco años ha habido una cierta explosión de memorias de responsabilidad preferentemente entre las grandes corporaciones multinacionales. La calidad ha sido muy dispar. Difícilmente se encuentran buenas memorias.

La memoria Cero que presenta OIKOS tiene la gran ventaja que focaliza su objetivo.

Las entidades sin ánimo de lucro disponen de la confianza de los ciudadanos. Pero tienen el reto no sólo mantener esta confianza sino de aumentarla.

Como consecuencia, las entidades sin ánimo de lucro deben continuar sus esfuerzos de profesionalizar sus actuaciones, deben acostumbrarse a evaluar qué hacen y sobre todo cómo lo hacen. Los directivos de las entidades sin ánimo de lucro deben asumir la decisión de evaluar ellos mismos su desempeño, decidir sus propios retos, intentar alcanzarlos y evaluar mediante sus propios indicadores y si no se han alcanzados reflexionar las razones que han impedido cumplir con los objetivos planteados proponer mecanismos que lo permitan en el próximo ejercicio.

Este proceso de evaluación del desempeño debe facilitar aumentar la productividad de la organización y de sus colaboradores, debe ser un instrumento al servicio de sus dirigentes y debe ayudar a la organización a ser líder en su campo de actuación.

Desde CIES deseamos explícitamente dar las gracias a OIKOS y a sus personas por la labor ingente que han invertido en la realización de esta memoria cero de Responsabilidad. Muchas felicidades por el trabajo bien hecho.

Dra. Isabel Vidal

Directora Académica del Master en Economía Social y dirección de las entidades sin ánimo de lucro
– Universidad de Barcelona
Presidenta del CIES

declaração de nível

Da análise detalhada do presente relatório, e tendo em consideração a validação externa independente pela SGS ICS, autodeclarámos que o relatório de responsabilidade oikos – ano zero cumpre o nível C+ das directrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI de 2006 (G3).

Um exemplar deste relatório será enviado à GRI para avaliação da exactidão da auto-declaração.

obrigatório	auto-declaração	✓			
opcional	verificação externa	✓			
	verificação GRI				




validação externa por 

A SGS ICS foi mandatada pela Conselho Directivo da OIKOS para efectuar a verificação independente do Relatório de Responsabilidade OIKOS ano zero. As conclusões do processo de verificação constam do parecer emitido pela SGS ICS, sendo o mesmo parte integrante do referido relatório, na sua versão integral.

A estruturação do presente documento e seu conteúdo são da exclusiva responsabilidade da OIKOS. A SGS ICS confirma que as partes integrantes deste documento correspondem a excertos do Relatório de Responsabilidade OIKOS ano zero. Deve ser considerada a necessidade de consulta do documento base, para providenciar uma representação apropriada das actividades da OIKOS no período em relato.



2 oikos – quem somos

somos cidadãos solidários, com uma consciência clara do papel da cidadania global para a promoção da equidade na erradicação da pobreza extrema e na redução das assimetrias económicas e do conhecimento que caracterizam a realidade mundial.

Através da nossa acção, com os diferentes actores sociais, partilhamos esforços e responsabilidades e facilitamos soluções para garantir que todas as pessoas exerçam o direito a uma vida digna.

Fundada em 1988, em Portugal, a oikos – cooperação e desenvolvimento é uma associação sem fins lucrativos, reconhecida internacionalmente como Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD / INGO).

Somos uma associação ecuménica, no sentido universal, enquanto nos aliamos ao esforço de quantos, pessoas e instituições, partilham a visão de um mundo sem pobreza e injustiça, onde o desenvolvimento humano seja equitativo e sustentável à escala local e global.

Independentemente de quaisquer instituições políticas, financeiras ou religiosas, estamos sempre disponíveis para concertar a nossa acção com entidades públicas e privadas que coincidam com os nossos valores, objectivos e propósito de erradicar a pobreza e desenvolver soluções sustentáveis, para que todas as pessoas exerçam o direito a uma vida digna.

Desde 1992, detemos o Estatuto de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública concedido pelo Estado Português.

Em 2000 foi-nos atribuído o Estatuto Consultivo junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

Contamos com uma equipa de 139 colaboradores, 101 voluntários regulares e 549 voluntários pontuais.

Actuamos através de delegação própria nos seguintes países: Portugal, Bolívia, Peru, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Cuba, El Salvador, Angola, Moçambique e Indonésia, mantendo parcerias com mais de 25 organizações locais que reúnem, no seu conjunto, uma força de trabalho superior a 15 mil pessoas.

princípios

esta é a nossa visão

Um mundo sem pobreza e injustiça onde o desenvolvimento humano seja equitativo e sustentável à escala local e global.

assumimos como missão

erradicar a pobreza e reduzir as assimetrias económicas e de conhecimento, através do envolvimento e corresponsabilização dos actores sociais e do desenvolvimento de soluções sustentáveis, para que todas as pessoas exerçam o direito a uma vida digna.

temos por ambição

sermos reconhecidos como uma organização internacional líder no desenvolvimento de soluções sustentáveis para a erradicação da pobreza.

os valores que partilhamos

equidade, liberdade e liderança, solidariedade, responsabilidade, conhecimento e inovação, transparência e accountability.

código de conduta ética oikos

O relacionamento entre a oikos e os seus *stakeholders* identificados encontra-se enquadrado pelo código de conduta ética oikos, aprovado pelos seus órgãos sociais e em vigor desde Janeiro de 2005.

Subscrevemos as seguintes cartas, princípios e iniciativas:

- ▶ Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- ▶ Convenção sobre os Direitos da Criança;
- ▶ Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho;
- ▶ Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento;
- ▶ Carta da Terra;
- ▶ Princípios do Global Compact;
- ▶ Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- ▶ Princípios de Conduta para a Cruz Vermelha Internacional, Crescente Vermelho Internacional e ONG em programas de resposta a Desastres e Catástrofes;
- ▶ The NGDO Charter;
- ▶ Código de Utilização de Imagens e Mensagens relativas ao Terceiro Mundo;
- ▶ Código de Conduta do voluntariado para a Cooperação da Plataforma das ONGD portuguesas;
- ▶ Código de Conduta para Intervenção em Situações de Ajuda Humanitária de Emergência da Plataforma das ONGD Portuguesas.

abordagem segundo os direitos económicos, ambientais, sociais e culturais

A lógica de intervenção da oikos está estruturada para a promoção dos DEASC, agrupados em torno de 5 grandes eixos estratégicos. Pretendemos assim, correlacionar a acção com o desempenho da nossa missão e corresponsabilizar todos os actores sociais envolvidos, para assumirem o seu papel activo na produção partilhada, manutenção e sustentabilidade equitativa do bem comum.

continuum de intervenção oikos

As actividades que desenvolvemos estruturam-se segundo um *continuum* de intervenção oikos, cujos objectivos são maximizar os recursos afectos e potenciar o impacto.

Este *continuum* rege-se segundo os seguintes princípios:

equidade

- ▶ todas as actividades devem promover a equidade social, económica, cultural e de género como condições vitais para a afirmação dos direitos humanos das gerações presentes e futuras;

vulnerabilidade/liderança

- ▶ todas as actividades da oikos devem promover um processo de transformação social que possibilite a redução da vulnerabilidade e o *empowerment* dos indivíduos e das organizações locais, permitindo-lhes exercer a liderança no seu próprio processo de desenvolvimento;

impacto

- ▶ todas as actividades devem ser avaliadas em termos de agregação de valor, escala e reapplicabilidade;

cadeia sustentável de actuação

- ▶ os resultados devem ser alvo de um processo de melhoria constante.

princípios de desenvolvimento da actividade – PDA oikos

Tendo por base os nossos valores e o nosso código de conduta ética, assumimos o compromisso de desenvolver a nossa actividade para a promoção da equidade e para a erradicação da pobreza e redução das assimetrias económicas e de conhecimento, no respeito pelos valores fundamentais nas áreas dos direitos humanos, direitos laborais, respeito ambiental e combate à corrupção.

Os princípios de desenvolvimento da actividade – PDA oikos estão estruturados de acordo com os quatro pilares da sustentabilidade: *governance*, cadeia de valor responsável, responsabilidade ambiental e responsabilidade social.

O PDA oikos encontra-se disponível na internet e é divulgado aos *stakeholders* envolvidos no desenvolvimento das actividades, sendo exigido o seu cumprimento e igual postura a todos aqueles que tenham relações com a oikos.

temáticas centrais de impacto da oikos

Considerando o desempenho da oikos, as responsabilidades assumidas, os resultados alcançados, as avaliações efectuadas e as expectativas criadas, identificámos as seguintes temáticas centrais:

- ▶ saúde pública, água e saneamento;
- ▶ segurança alimentar e meios de vida sustentáveis/*livelihoods*;
- ▶ alterações climáticas;
- ▶ financiamento do desenvolvimento;
- ▶ consumo responsável;
- ▶ compras públicas responsáveis;
- ▶ fortalecimento e profissionalização dos actores sociais.

política oikos

A política oikos está disponível na internet.

objectivos estratégicos oikos

actividade

- ▶ reforçar a liderança;
- ▶ potenciar a criação de uma “identidade oikos”;
- ▶ assumir o papel de facilitador de soluções sustentáveis para a erradicação da pobreza em comunidades latino-americanas e de expressão oficial portuguesa;
- ▶ obter a certificação de qualidade ISO 9000 e a certificação de Responsabilidade Social SA8000 em 2008;
- ▶ excelência operacional: desenvolver a capacidade de criação de impacto nas temáticas de água e saneamento, segurança alimentar e meios de vida sustentáveis/*livelihoods*, alterações climáticas, finança ética, consumo responsável, compras públicas responsáveis, fortalecimento e profissionalização dos actores sociais;
- ▶ sistematizar toda a dinâmica operacional segundo o *continuum* de intervenção oikos;
- ▶ implementar uma metodologia integrada de planeamento, definição de indicadores, monitorização, avaliação e melhoria contínua em todas as intervenções;
- ▶ gestão integrada da rede de parcerias nas operações;
- ▶ alargar a base social de apoio: mobilizar para a Cidadania Global e dinamizar as Redes Solidárias.

estrutura

- ▶ redesenhar o modelo organizacional;
- ▶ desenvolver um sistema integrado de informação;
- ▶ desenvolver estrategicamente as competências dos colaboradores:
 - ▶ desenhar e aplicar um sistema transversal de inovação e aprendizagem;
 - ▶ implementar um sistema de avaliação de competências e desempenho dos colaboradores.
- ▶ consolidar o modelo de governação transparente e participativo;
- ▶ criar o conselho de gestão de risco – *multistakeholder*;
- ▶ promover um processo contínuo de envolvimento dos *stakeholders* identificados;
- ▶ desenvolver um sistema integrado de gestão oikos;
- ▶ dinamizar um sistema certificável de qualidade total;
- ▶ estabelecer um processo transversal de gestão da comunicação;
- ▶ criar e desenvolver parcerias estratégicas para a profissionalização;
- ▶ crescer em rede com o terceiro sector e com os sectores público e privado;
- ▶ potenciar a gestão financeira da oikos;
- ▶ otimizar os custos de estrutura, melhorar a eficiência e aumentar a autonomia;
- ▶ fidelizar/alargar as redes de doadores/financiadores – gestão de *fundraising*;
- ▶ promover uma cultura de reporte e *accountability* perante os nossos beneficiários directos, parceiros de cooperação, financiadores e sociedade civil.

envolvimento dos *stakeholders*

A complexidade dos desafios e das responsabilidades que a promoção do desenvolvimento humano sustentável requer implica elevados padrões de exigência, de qualidade, de inovação e de transparência só possíveis através de um processo de **aprendizagem societal**. O envolvimento sistemático dos *stakeholders* identificados, através das alianças e dos recursos que promovem e disponibilizam, assume um papel vital na real capacidade de eficiência e de *performance* de uma ONGD.

O processo de identificação, mapeamento, envolvimento e satisfação de *stakeholders*, iniciado em Abril de 2007, segue a metodologia proposta no **manual para a prática de relações com os grupos de interesse – das palavras à acção, o compromisso com os stakeholders – AccountAbility, United Nations Environment Programme, Stakeholders Research Associates Canada Inc.**

o nosso modelo de *governance*

Assumimos um modelo de governação transparente, suportado por uma gestão integrada de processos e centrado nos resultados, promovendo uma cultura de excelência, de melhoria contínua e de envolvimento e corresponsabilização dos *stakeholders* identificados, potenciando assim a nossa capacidade de criação de confiança e de resposta perante as expectativas e exigências dos diferentes actores sociais.

O nosso modelo de *governance* encontra-se estruturado através dos seguintes órgãos sociais eleitos: assembleia-geral, comissão fiscalizadora, conselho directivo e direcção executiva.

▶ assembleia-geral

é o órgão soberano da oikos e é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos, sendo presidida pela mesa da assembleia-geral, constituída por um presidente, um secretário e um vogal; o processo de tomada de decisão é assegurado por um sistema de votação um associado, um voto;

é da exclusiva competência da assembleia-geral deliberar sobre: as linhas fundamentais da actuação da associação, propostas pelo conselho directivo;

eleger os titulares dos cargos dos órgãos sociais e destituí-los, ocorrendo justa causa; apreciar e votar, anualmente, o relatório & contas do conselho directivo, ouvido o parecer da comissão fiscalizadora; deliberar sobre a modificação dos estatutos e extinção, fusão ou cisão da assembleia; deliberar sobre as matérias que não sejam da competência dos outros órgãos da associação.

▶ comissão fiscalizadora

é composta por três titulares: um presidente, um secretário e um vogal; compete à comissão fiscalizadora: fiscalizar a escrituração, livros e documentos, acompanhar as sessões do conselho directivo sempre que julgue necessário e dar parecer sobre o relatório & contas do exercício.

▶ conselho directivo

é constituído por um número ímpar de titulares, no mínimo de 5 e no máximo de 9, compreendendo um presidente, um secretário, um tesoureiro e vogais;

no actual mandato do conselho directivo, este órgão é constituído por 9 membros; apenas o secretário desempenha funções executivas como director-geral executivo; como membros do conselho directivo não auferem qualquer tipo de remuneração;

competem ao conselho directivo, sem prejuízo dos demais previsto na lei ou nos estatutos: representar a associação em juízo ou fora dele; definir as linhas gerais da actividade da associação e propô-las à deliberação da assembleia-geral; aprovar os regulamentos internos e modificá-los; validar a actividade de gestão da direcção executiva; deliberar sobre o relatório & contas do exercício, planos estratégicos, planos de actividades, planos orçamentais, estrutura funcional, quadro de pessoal e organigramas dos serviços elaborados pela direcção executiva.

constituição dos órgãos sociais eleitos

- ▶ **mesa da assembleia-geral**
presidente: Ernâni Lopes
secretária: Cristina Peixinho
vogal: Sarsfield Cabral
- ▶ **comissão fiscalizadora**
presidente: António Cunha Vaz
secretária: Maria Teresa Fonseca
vogal: Jorge Oliveira Pinto
- ▶ **conselho directivo**
presidente: José Alberto dos Reis Lamego
secretário: João José Nunes Fernandes
tesoureiro: José Melo Torres Campos
vogal: José do Canto Moniz
vogal: António José Paulino
vogal: Maria Luísa de Oliveira Pegado
vogal: Matilde Sousa Franco
vogal: Vítor Manuel Carola
vogal: Miguel Anacoreta Correia
- ▶ um director administrativo e financeiro, responsável por: planeamento estratégico da área administrativa e financeira, gestão financeira da organização, gestão do serviço partilhado administrativo e financeiro, na sede e nas delegações, e coordenação com os serviços de contabilidade e de auditoria prestados por fornecedores externos.
- ▶ **direcção executiva**
director-geral executivo: João José Nunes Fernandes
director de operações: Ricardo Domingos
director de desenvolvimento: João Carvalho
director administrativo e financeiro: Elías Ribeiro (interino)

conselho de gestão de risco - *multistakeholder*

Outra consequência do plano estratégico 2007/2010 é a institucionalização, a partir de 2008, do **conselho de gestão de risco – *multistakeholder***, representativo dos *stakeholders* identificados como vitais para a gestão de risco global, inerente à actividade da oikos e à sustentabilidade dos seus resultados.

Correspondemos assim a uma recomendação de alguns financiadores e operacionalizamos, formalmente, um espaço vital para a dinamização do processo de envolvimento sistemático dos *stakeholders* identificados, iniciado em Abril de 2007.

A constituição prevista para o conselho de gestão de risco – *multistakeholder* integra representantes dos membros dos corpos sociais, a direcção executiva, representantes dos colaboradores e voluntários e representantes dos *stakeholders* considerados referenciais.

gestão executiva

A gestão executiva da associação é assumida pela direcção executiva, sendo da sua responsabilidade a gestão integrada, através do modelo de desenvolvimento sustentável e de melhoria contínua, nomeadamente: desenhar, planificar, rever e garantir a execução, após validação do conselho directivo, dos planos estratégicos, planos de actividades, orçamentos, recursos humanos e serviços partilhados. Elaboração dos relatórios de gestão, de actividades e contas para aprovação do conselho directivo.

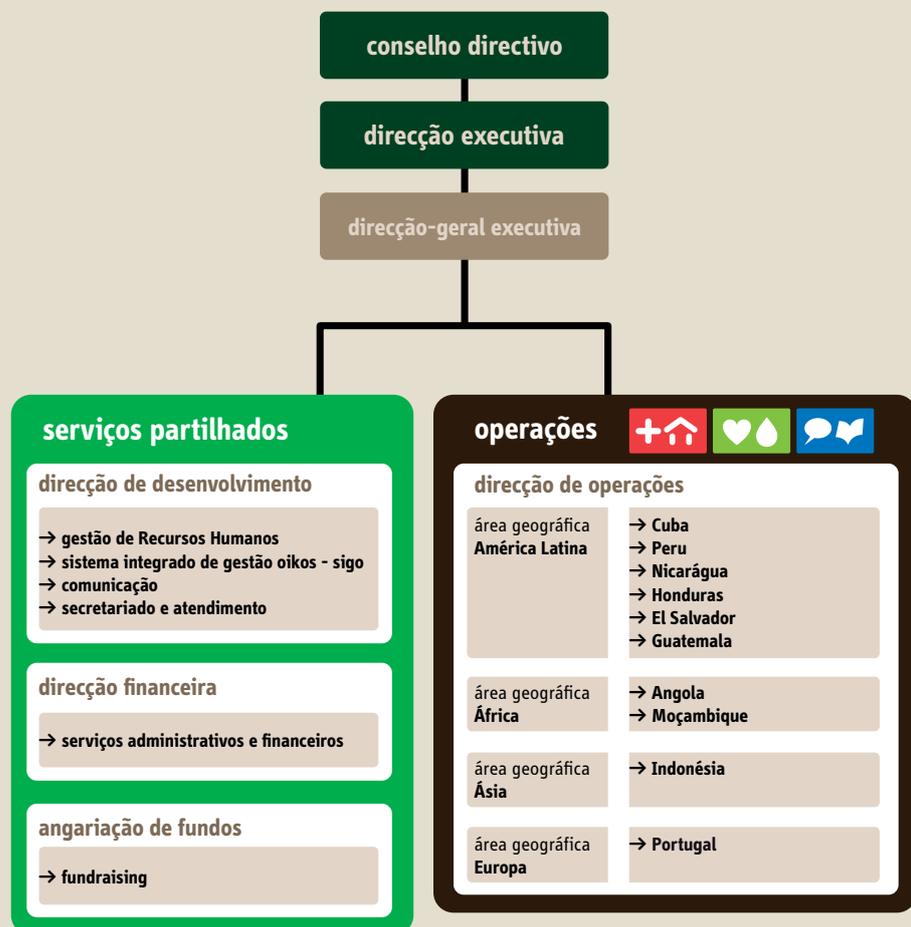
No formato actual, a direcção executiva é composta por:

- ▶ um director-geral executivo, que coordena a direcção executiva e é membro de pleno direito do conselho directivo, sendo responsável pela articulação da estrutura executiva com os órgãos sociais, representação oficial, gestão estratégica do *fundraising* e corresponsabilidade na gestão estratégica, financeira e operacional com os directores das respectivas áreas;
- ▶ um director de operações, responsável pela gestão operacional, dos programas e projectos nas áreas de acção humanitária, vida sustentável e cidadania global e pela gestão estratégica das delegações;
- ▶ um director de desenvolvimento, responsável por: planeamento estratégico, gestão do processo de profissionalização e mudança, gestão do sistema integrado de gestão oikos e, ao nível dos serviços partilhados, gestão dos recursos humanos, qualidade e inovação e comunicação.

níveis de intervenção	áreas de actividade oikos	fases de intervenção	sub-área de intervenção
emergência	 acção humanitária	emergência reabilitação	nutrição e segurança alimentar água e saneamento água e saneamento saúde, habitação e assistência social reactivação dos meios de vida
desenvolvimento	 vida sustentável	serviços sociais básicos meios de vida sustentável impacto	água e saneamento saúde, habitação e assistência social negócios familiares agricultura e segurança alimentar criação de rendimento qualificação da oferta acesso a mercados acesso a crédito e investimento microcrédito e finança ética empreendedorismo de organizações e líderes das comunidades locais comércio justo cadeias de valor - RSE consumo responsável
mobilização	 cidadania global	bem comum educação cidadania global influência pública	microcrédito e finança ética empreendedorismo de organizações e líderes das comunidades locais comércio justo cadeias de valor - RSE consumo responsável criação de rendimento políticas públicas redes solidárias programas de sensibilização relatórios campanhas

↗ *continuum* de intervenção oikos

↳ organigrama oikos



criar valor partilhado

Na análise das oportunidades de actuação e nos processos de tomada de decisão, quer em termos individuais quer em contexto de parceria, assumimos a responsabilidade da gestão racional e partilhada dos recursos humanos, económicos, sociais, naturais e culturais para o benefício das gerações presentes e futuras.

Promovemos a criação de cadeias de valor sustentáveis, assentes em dinâmicas de transformação social, de parcerias tri-sectoriais e cooportunidade para o desenvolvimento de comunidades locais e regionais, competitivas e responsáveis, sendo todas as actividades avaliadas em termos de agregação de valor, escala e reapplicabilidade e os resultados alvo de um processo de melhoria constante.

Proibimos expressamente as práticas ilegais de corrupção, de comissões, de facturação falsa, de favorecimento a entidades públicas ou privadas e de concorrência desleal para a obtenção de vantagens competitivas. Durante o período analisado nunca fomos alvo de acções judiciais por concorrência desleal, práticas de monopólio ou de corrupção, ou de multas e sanções não monetárias relacionadas com o não cumprimento de leis e regulamentos que regem a nossa actividade.

os nossos parceiros

A nossa especificidade, a capacidade de intervenção e de obtenção de impactos sustentáveis dependem da excelência da rede de parcerias de valor acrescentado que potenciamos, tanto à escala global como regional e local, entre cidadãos, entidades públicas e entidades privadas.

Não actuamos sozinhos nem nos substituímos às comunidades e organizações locais, verdadeiras protagonistas do desenvolvimento.

Em 2006/2007, a oikos continua a sua intervenção em 9 países em desenvolvimento, mantendo parcerias com mais de 25 organizações locais que reúnem, no seu conjunto, uma força de trabalho superior a 15 mil pessoas.

redes e plataformas

Para consolidar o trabalho efectuado com os parceiros locais e potenciar a criação de conhecimento partilhado, pertencemos a redes nacionais e internacionais.

Plataforma Portuguesa das ONGD reúne 49 Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas. A oikos é membro da direcção.

ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local uma rede para o desenvolvimento local em meio rural que, desde Março de 1999, alargou o seu âmbito de intervenção a territórios urbanos e tem agora dimensão nacional.

EUROSTEP - European Solidarity Toward Equal Participation of People rede europeia que luta por uma sociedade mais solidária e participativa, vocacionada para o debate das políticas de cooperação junto da União Europeia, do Banco Mundial, FMI, OMC e outras IGO; um dos projectos mais significativos da Eurostep é a publicação anual do Relatório da Ajuda - Reality of Aid, um dos relatórios mais conceituados a nível internacional no que diz respeito à análise e avaliação da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

CIFCA – Copenhagen Initiative for Central America and Mexico organização constituída para monitorizar e influenciar as políticas da União Europeia para a América Central.

European Platform for Conflict Prevention and Transformation rede de 150 ONG europeias envolvidas na prevenção e/ou resolução de conflitos violentos a nível internacional.

Social Watch coligação internacional de monitorização dos compromissos e avanços efectivos das políticas de erradicação da pobreza e equidade de género dos governos e organismos internacionais; anualmente é produzido um relatório "Social Watch/Observatório da Cidadania", sendo a oikos a única instituição portuguesa membro desta coligação.

Global Call for Action Against Poverty coligação de mais de 900 organizações em 70 países, responsável pela campanha global de luta contra a pobreza; em Portugal, a campanha intitula-se "**PobrezaZero**" e foi lançada e liderada pela oikos até 2007, sendo actualmente dinamizada por um consórcio de que fazem parte a **oikos**, a **amnistia internacional**, a **quercus** e os **médicos do mundo**.

CE/DG-ECHO é o departamento de ajuda humanitária da União Europeia, que providencia assistência de emergência às vítimas de desastres naturais ou conflitos armados, fora da União Europeia, e é o maior financiador nesta área; através do seu fundo de financiamento, todos os anos são ajudados 18 milhões de pessoas, em mais de 60 países, através de 200 parceiros, entre ONG e agências da ONU.

ECOSOC é o principal órgão das Nações Unidas de coordenação das actividades económicas e sociais, das 14 agências especializadas das Nações Unidas, das 10 comissões funcionais e das 5 comissões regionais; actua como fórum central de discussão de questões económicas e sociais internacionais e de formulação de recomendações políticas para os estados membros das Nações Unidas.

os nossos resultados económicos e financeiros

Temos consciência que só com resultados, com uma gestão racional e transparente dos recursos económicos e com uma base financeira sólida é possível assegurar capacidade de resposta, consolidar a profissionalização e potenciar os ciclos de melhoria e inovação, vitais para a excelência operacional e para o cumprimento das responsabilidades assumidas perante os *stakeholders* identificados.

Atendendo ao foco de actividade da oikos, consideramos que todo o valor dos recursos aplicados nos projectos nos Países em Desenvolvimento – PED, no montante de **€ 2.758.474,84**, podem ser considerados investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos para benefício público.

Em termos de política de fornecedores seguimos as directrizes de elegibilidade dos projectos, segundo: fornecedores locais, fornecedores de países em desenvolvimento e fornecedores da comunidade europeia.

Durante o período de análise deste relatório, a oikos apenas foi alvo de uma multa monetária, no valor de € 135,80, referente a uma multa fiscal por entrega de documentação fora de prazo.

fundraising ético

Assumimos o compromisso de desenvolver a nossa actividade directa ou partilhada de *fundraising* de forma transparente, respeitando os direitos dos financiadores e dos doadores de serem informados sobre as causas, as necessidades e os resultados atingidos.

Os recursos angariados no âmbito da nossa missão, através de um processo transparente de gestão administrativo-financeira são utilizados de forma a minimizar o risco de má aplicação.

custos e perdas (valores em Euros)

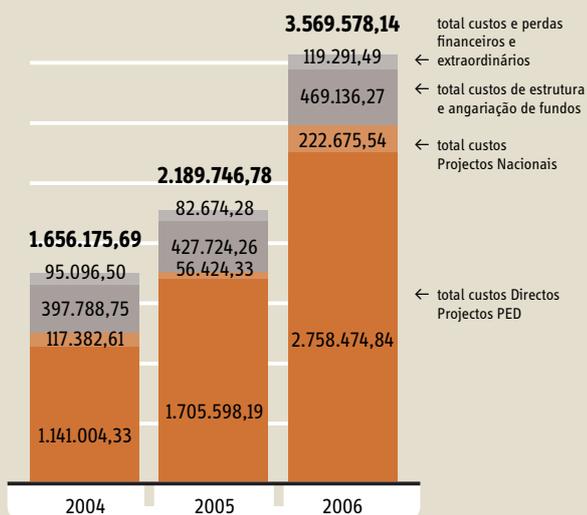
	2004	2005	2006
Custos e perdas	1.656.175,69	2.189.746,78	3.569.578,14
Total custos operacionais	1.561.079,19	2.107.072,50	3.450.286,65
Total custos e perdas financeiros e extraordinários	95.096,50	82.674,28	119.291,49
Total custos operacionais	1.561.079,19	2.107.072,50	3.450.286,65
Custos Directos Projectos PED	1.141.004,33	1.705.598,19	2.758.474,84
Custos Projectos Nacionais	117.382,61	56.424,33	222.675,54
Custos Estrutura oikos	302.692,25	345.049,98	469.136,27
Total custos e perdas financeiros e extraordinários	95.096,50	82.674,28	119.291,49
Custos e Perdas Financeiras	95.087,60	82.474,28	106.069,41
Custos e Perdas Extraordinários	8,90	200,00	13.222,08

fornecimentos e serviços externos
(valores em Euros)

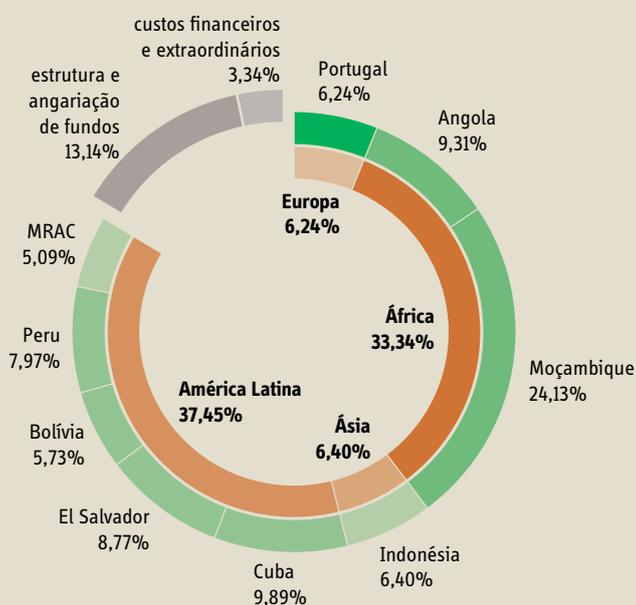
	2004	2005	2006
fornecimentos e serviços externos	246.607,97	196.879,56	382.850,77
custos com o pessoal - remunerações	112.093,24	154.951,94	245.038,69
custos com o pessoal - encargos sociais	22.053,60	28.898,59	40.910,81

total de custos e perdas

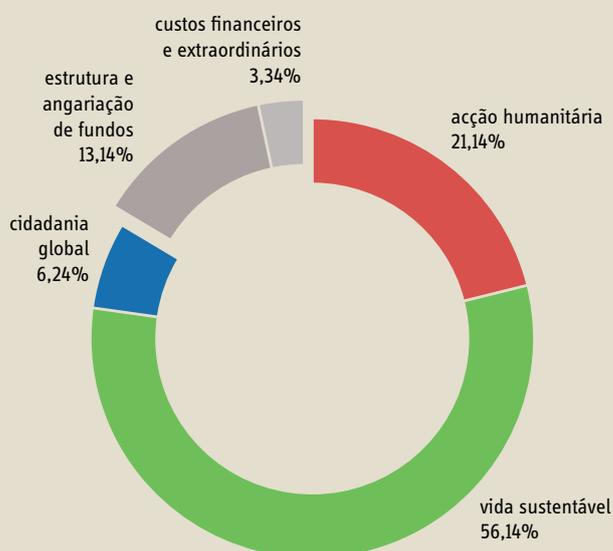
valores em Euros



aplicação dos recursos por país - 2006



aplicação dos recursos por área de actividade - 2006

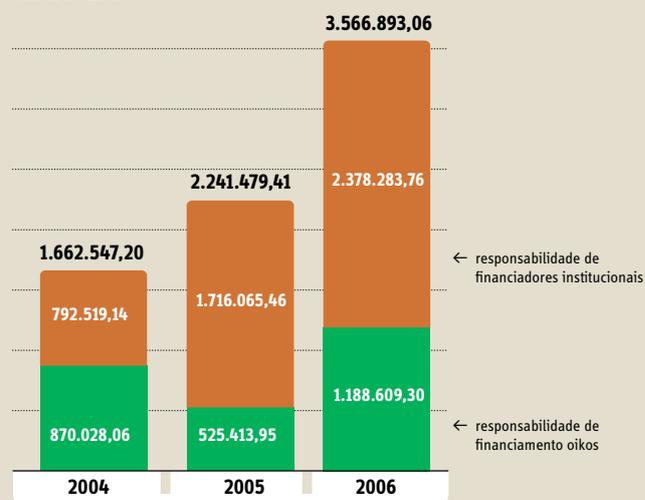


Proveitos oikos

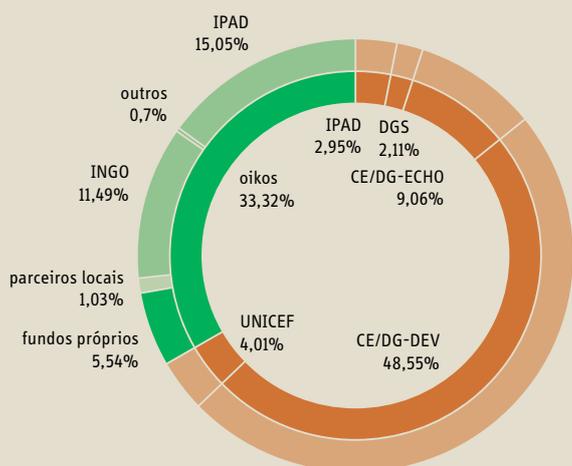
	2004	2005	2006
Proveitos e ganhos	1.668.829,58	2.243.235,65	3.622.396,01
Subsídios à exploração	1.662.547,20	2.241.479,41	3.566.893,06
Proveitos suplementares, ganhos financeiros e extraordinários	6.282,38	1.756,24	55.502,95
Subsídios à exploração	1.662.547,20	2.241.479,41	3.566.893,06
IPAD	0,00	19.608,96	105.293,28
DGS	0,00	99.599,48	75.385,50
CE/DG-ECHO	76.301,46	248.500,00	323.008,55
CE/DG-DEV	628.485,26	1.348.357,02	1.731.635,91
UNHCR	87.732,42	0,00	0,00
UNICEF	0,00	0,00	142.960,52
Co-financiamento oikos	870.028,06	525.413,95	1.188.609,30
Co-financiamento oikos	870.028,06	525.413,95	1.188.609,30
IPAD	219.100,93	93.886,75	536.678,57
IEFP	0,00	0,00	7.684,92
INGO	433.158,19	136.203,42	409.777,82
Fund	12.570,79	44.744,56	1.200,00
Parceiros Locais	34.529,00	0,00	36.858,22
Fundos Próprios	170.669,15	250.579,22	196.409,77
Fundos Próprios	170.669,15	250.579,22	196.409,77
Campanhas	50.343,71	56.890,50	66.412,37
MCS	42.733,74	42.222,33	41.016,78
Fundo de Empresas	18.500,00	82.281,65	64.598,24
Donativos Gerais	59.091,70	69.184,74	24.382,38

subsídios à exploração

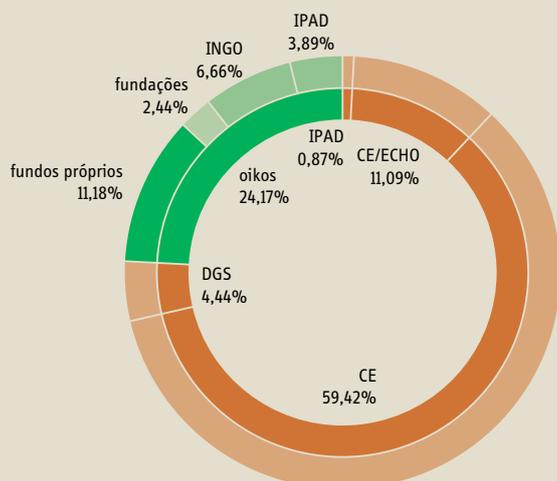
valores em Euros



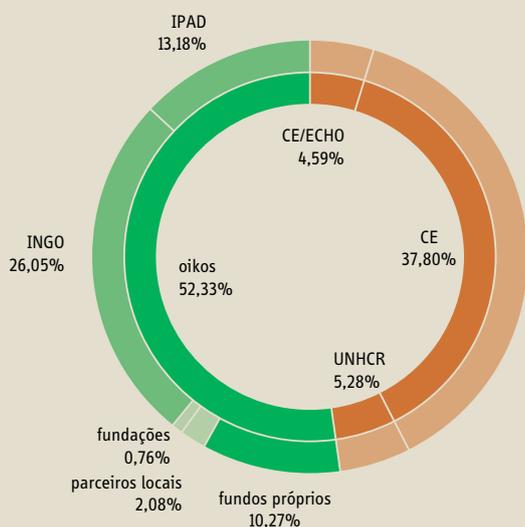
responsabilidade e proveniência dos proveitos - 2006



responsabilidade e proveniência dos proveitos - 2005



responsabilidade e proveniência dos proveitos - 2004



financiamento público 2006

81,66% € 2.912.877,51

financiamento privado 2006

18,34% € 664.015,55

relação entre financiamento público e privado

valores em Euros



1. capitais permanentes

corresponde à soma dos fundos próprios mais o passivo de médio e longo prazo

2005 → €2.526.313,77

2006 → €857.206,52

a variação apresentada é justificada pela diminuição do passivo bancário, conjugada com a venda do imóvel da rua de Santiago, 7-9, Lisboa.

2. autonomia financeira

corresponde à razão entre o capital próprio e o activo total a multiplicar por 100

2005 → 25,41%

2006 → 4,89%

o resultado em termos comparativos é explicado pela venda do imóvel, cuja actualização do valor de mercado feita em 2005 estava reflectida em fundos próprios.

3. solvabilidade

corresponde à razão entre o capital próprio e o passivo total

2005 → 34,06%

2006 → 5,14%

a variação apresentada deve-se à diminuição dos fundos próprios devido à eliminação da actualização do valor do imóvel da Rua de Santiago e à diminuição do passivo bancário a médio e longo prazo. O grau de diminuição do passivo é superior à diminuição dos fundos próprios.

responsabilidade ambiental

A procura da satisfação dos actuais padrões de vida, sem ter em conta os efeitos colaterais no desgaste não renovável dos recursos naturais, com a produção exponencial de resíduos e a destruição da biodiversidade criaram problemas ambientais de extrema complexidade, à escala local e global, com consequências intra e intergeracionais.

As alterações climáticas estão já a afectar profundamente todo o planeta Terra, mas são as populações mais pobres que sofrem em primeiro lugar as consequências, devido à sua maior vulnerabilidade quer em termos físicos quer em termos das actividades de subsistência.

A vulnerabilidade às alterações climáticas em países mais pobres implica:

- ▶ aumento do stress aquático e redução da disponibilidade de água potável;
- ▶ maior ameaça à agricultura e à segurança no fornecimento de alimentos;
- ▶ modificações nas fronteiras de diferentes tipos de floresta, ameaças à biodiversidade e implicações adversas para as comunidades suas dependentes;
- ▶ impactos generalizados nos ecossistemas, no nível da água do mar e na agricultura costeira, nas pescas e na saúde humana;
- ▶ grande aumento das necessidades energéticas e consequente impacto em indústrias sensíveis, com diminuição da segurança na produção e distribuição.

criação de valor ambiental, mitigação e adaptação às alterações climáticas

no desenvolvimento da nossa actividade, assumimos o compromisso com a criação de valor ambiental, promovendo a eco-eficiência, através da gestão racional dos impactos da actividade no ambiente e a mitigação e adaptação às alterações climáticas e sua articulação com a redução da pobreza extrema.

São exemplos disso o Projecto de Autonomia e Fortalecimento de 8 Cooperativas Agrícolas do Município de Florência, Província Ciego de Ávila, Cuba, o Projecto Negócios agrícolas sustentáveis para a redução da pobreza no departamento de Apurímac, Peru, o Projecto de Segurança Alimentar Sekeleka Motaze, com a aplicação de práticas de agricultura biológica e, finalmente, o Programa Binacional para a conservação e gestão participativa dos bosques tropicais do vale do rio Chinchipe, inteiramente dirigido para o desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável de florestas na bacia binacional do Chinchipe com plena participação da população local.

gestão voluntária de carbono

potenciamos uma política de gestão voluntária das emissões de gases com efeitos de estufa e de acções de comunicação e sensibilização internas e externas.

Devido, em grande parte, à especificidade da nossa acção e ao actual sistema de validação da informação, apenas reportamos a actividade da sede. É nossa expectativa desenvolver competências para que, em 2009, o reporte do impacto ambiental abranja a totalidade do universo de intervenção da oikos.

A estimativa de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) associadas à actividade da oikos-sede, no decorrer de 2006, respeitou as directrizes do *Greenhouse Gas Protocol*, que propõe a classificação das actividades que constituem fontes em três âmbitos:

- ▶ **âmbito 1** - emissões directas em equipamentos que são geridos pela organização ou propriedade da mesma, de contabilização e reporte obrigatórios;
- ▶ **âmbito 2** - emissões indirectas associadas à produção de electricidade adquirida, de contabilização e reporte obrigatórios;
- ▶ **âmbito 3** - emissões indirectas em equipamentos que não são geridos pela organização ou propriedade da mesma, mas que resultam da sua actividade, de contabilização e reporte facultativos.

Para o cálculo das emissões foi utilizada uma metodologia coerente com as propostas do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (PIAC), referência para a elaboração dos inventários nacionais das partes da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e do Protocolo de Quioto.

Como poderemos verificar no gráfico 19, as emissões de GEE associadas à actividade da oikos no decorrer de 2006 totalizam cerca de 145 t CO₂, em grande parte devido à contribuição das viagens de avião.

Por unidade de área foram emitidos 99 kg CO₂ e, aproximadamente, 8 t CO₂ por colaborador da sede.

O cálculo das emissões de GEE foi elaborado pela entidade independente Ecoprogresso, Consultores em Ambiente e Desenvolvimento S.A..

indicadores de desempenho

emissões de carbono
da oikos (sede) em 2006

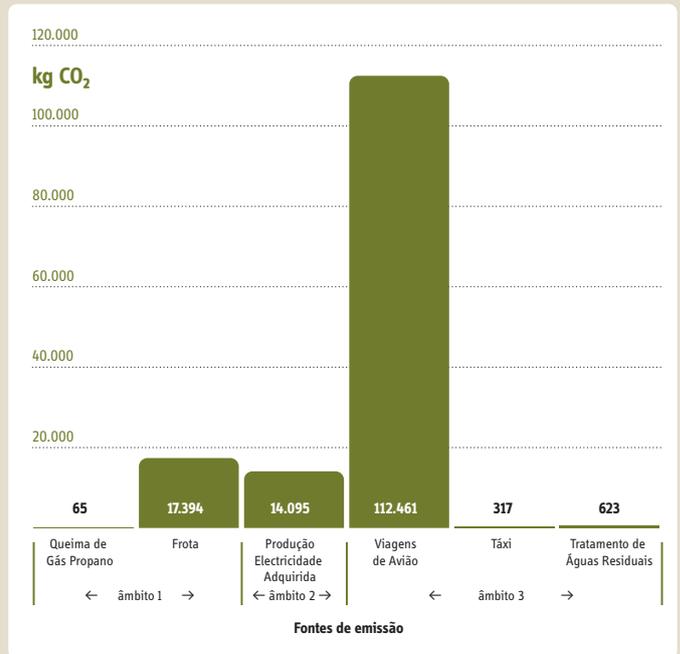
145 toneladas

valor de compensação
€ 26/tonelada

investimento em projecto de
recolha de resíduos agrícolas
para queima em central de
produção de electricidade

€ 3.770

emissões da oikos – sede
por actividade e âmbito (2006) →



→ informação sobre o projecto:

Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC):
<http://cdm.unfccc.int/Projects/DB/DNV-CUK1141812568.71/view.html>

filme também disponível em
www.myclimate.org/film/film_karnataka.php

projecto de geração de electricidade a partir de biomassa

estação de geração “Malavalli Power Plant Pvt Ltd., situada na aldeia de Kirugaval em Malavalli Taluka, distrito de Mandya, a 35 Km da cidade de Mysore e 125 Km da cidade de Bangalore.

este projecto foi desenhado e está a ser implementado e monitorizado no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM) com selo *gold standard*



carbono contra a pobreza

No âmbito da edição de 2007 dos Development Days, promovidos pela Comissão Europeia e pela Presidência Portuguesa da UE, a oikos e a Ecoprogresso – Consultores em Ambiente e Desenvolvimento SA apresentam publicamente um programa em parceria chamado “Carbono contra a Pobreza”.

Objectivo:

“promover estratégias locais e globais de mitigação e adaptação às alterações climáticas, como instrumento de redução da pobreza.”

Impacto das Alterações Climáticas (AC) nos ODM



ODM1: erradicar a pobreza extrema e a fome

modificação da trajetória e da taxa do crescimento económico, implicando grandes alterações na disponibilidade dos recursos e na produtividade do trabalho, reduzindo ainda mais os activos das populações: a saúde, subsistência alimentar através de recursos próprios, o acesso a água potável, habitação e infra-estruturas e oportunidade de criação de rendimento.



ODM3: promover a igualdade do género e capacitar as mulheres

diminuição da disponibilidade de recursos e da produtividade agrícola aumentado a pressão sobre a actividade e saúde das mulheres que tendem, em situações de dificuldade, a concentrar o tempo na angariação de alimentos.



ODM 4: reduzir a mortalidade infantil

ODM 5: melhorar a saúde materna

ODM6: combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças

aumento da taxa de mortalidade relacionada com altas temperaturas e de doenças causadas por ondas de calor; aumento de algumas doenças como a malária e a febre amarela, assim como a vulnerabilidade a doenças contagiosas através da água, alimentos ou contacto directo (cólera, desintéria, etc.). As crianças e mulheres grávidas são particularmente susceptíveis a doenças contagiosas, sendo a anemia resultante da malária responsável por 1/4 da mortalidade materna; decrescente qualidade e quantidade de água potável e aumento da má nutrição e a sub-nutrição, importante causa de doenças infantis.



ODM7: assegurar a sustentabilidade ambiental

Diminuição da biodiversidade e maior degradação ambiental, piorando a qualidade e a produtividade de recursos naturais e de ecossistemas, muitos deles de uma forma irreversível.



ODM8: desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento

o fenómeno das ACs é um tema que requer uma cooperação global, especialmente na ajuda aos países em desenvolvimento na sua adaptação aos variados impactos atrás referidos.

responsabilidade social

Da análise dos objectivos estratégicos para 2007/2010 poderemos induzir a importância vital que o factor humano e a capacidade de atracção e retenção de talentos (colaboradores e voluntários) assumem no sucesso e sustentabilidade da nossa actividade.

Já não basta mobilizar e potenciar as pessoas através do voluntariado, da militância e do activismo. Temos de desenvolver estrategicamente as competências dos colaboradores. Para tal, é necessário desenhar e aplicar um sistema transversal de inovação e aprendizagem, implementando programas integrados de formação contínua, promovendo a capacitação, a formação qualificante e a promoção de talentos.

Promovemos a diversidade e a igualdade de oportunidades como valores essenciais, através de políticas explícitas de não discriminação nos processos de admissão, formação e de progressão de carreira, tendo como base o género, a raça, a classe social, deficiências, a nacionalidade, a orientação sexual, as opções religiosas, a associação a sindicato ou a filiação política.

gestão de recursos humanos oikos

Um dos objectivos cruciais no processo de reforço da profissionalização da estrutura é captar e reter talentos vitais para criar uma cultura oikos de “facilitador de soluções” e preparar o crescimento organizacional. Para tal, é necessário envolver, capacitar e qualificar colaboradores e voluntários.

indicadores de gestão de recursos humanos

O universo de análise corresponde à totalidade dos colaboradores da oikos em Agosto de 2007. Os dados apresentados estão estruturados segundo os seguintes níveis:

- ▶ critérios do indicador de recursos humanos analisado;
- ▶ segmentação por sede e delegações.

1. número de colaboradores

em 31 de Agosto de 2007, a oikos contava com 139 colaboradores.

descrição: corresponde ao número de colaboradores com vínculo laboral num determinado momento. O critério é o universo total de colaboradores e a unidade de medida é expressa em número. **gráfico:** localização, sede e delegações.

2. género em 31 de Agosto de 2007, a oikos contava com a colaboração de 47 mulheres, correspondendo a 33,81%, e 92 homens, correspondendo a 66,19% do total de colaboradores.

descrição: corresponde ao universo total de colaboradores com vínculo laboral num determinado momento, segmentado pelo critério género e a unidade de medida é expressa em percentagem. **gráfico:** género.

3. níveis etários

em 31 de Agosto de 2007, a distribuição dos colaboradores pelos intervalos etários: 18/26 anos, 27/35 anos, 36/44 anos, 45/60 anos e mais de 60 anos.

descrição: corresponde ao universo total de colaboradores com vínculo laboral num determinado momento, segmentado pelo critério nível etário definido e a unidade de medida é expressa em percentagem. **gráfico:** níveis etários.

4. idade média dos colaboradores

em 31 de Agosto de 2007 a idade média dos colaboradores era de **38,29 anos**.

descrição: corresponde ao total de idades de todos os colaboradores sobre o número total de colaboradores num determinado momento e a unidade de medida é expressa em número de anos.

5. habilitações literárias

em 31 de Agosto de 2007 a distribuição dos colaboradores pelos diferentes níveis de ensino: básico, secundário e superior.

descrição: corresponde ao universo total de colaboradores com vínculo laboral num determinado momento, segmentado pelo critério habilitações literárias definido e a unidade de medida é expressa em percentagem.

gráfico: habilitações literárias.

6. antiguidade

em 31 de Agosto de 2007, a distribuição dos colaboradores pelos diferentes períodos de antiguidade: 0-1 ano, 2-5 anos, 6-10 anos e +10 anos.

descrição: corresponde ao universo total de colaboradores com vínculo laboral num determinado momento, segmentado pelo critério antiguidade definido e a unidade de medida é expressa em percentagem. **gráfico:** antiguidade.

7. antiguidade média dos colaboradores

em 31 de Agosto de 2007 a antiguidade média dos colaboradores era de **4,11 anos**.

descrição: considerando a antiguidade como o período de tempo que medeia entre a contratação e um determinado momento, a antiguidade média corresponde ao somatório de todas as antiguidades sobre o número de colaboradores com vínculo laboral num determinado momento e a unidade de medida é expressa em número de anos.

8. taxa de rotação

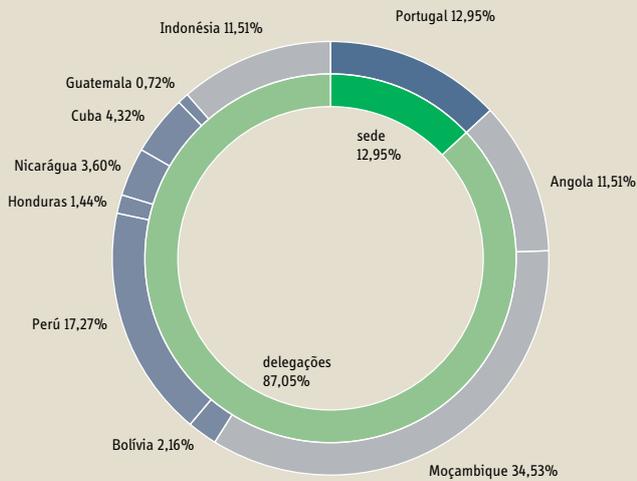
entre 1 de Janeiro de 2006 e 31 de Agosto de 2007 a taxa de rotação dos colaboradores foi de **0,26%**.

descrição: corresponde ao número médio de colaboradores que entraram e saíram da organização, durante um determinado período, sobre o número médio de colaboradores durante esse mesmo período e a unidade de medida é expressa em percentagem.

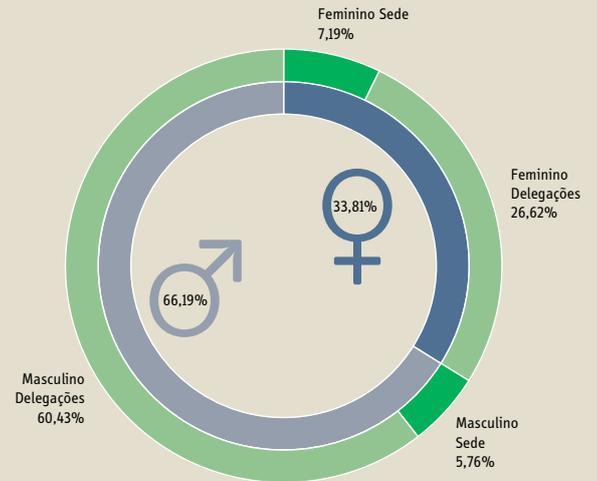
Para a determinação do nº de colaboradores da sede e das delegações que saíram da organização consideram-se os dados do relatório de actividades de 2005.

caracterização dos Recursos Humanos oikos

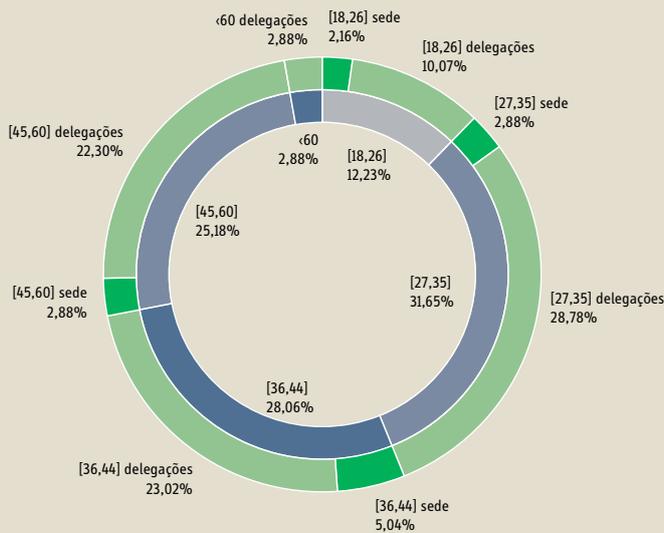
localização – sede/delegações



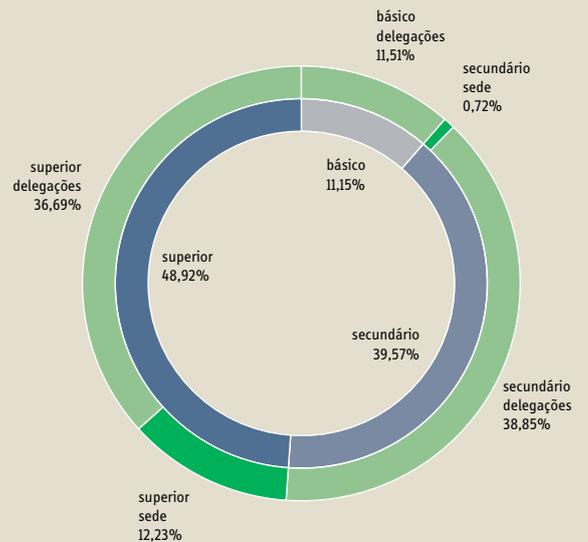
género – sede/delegações



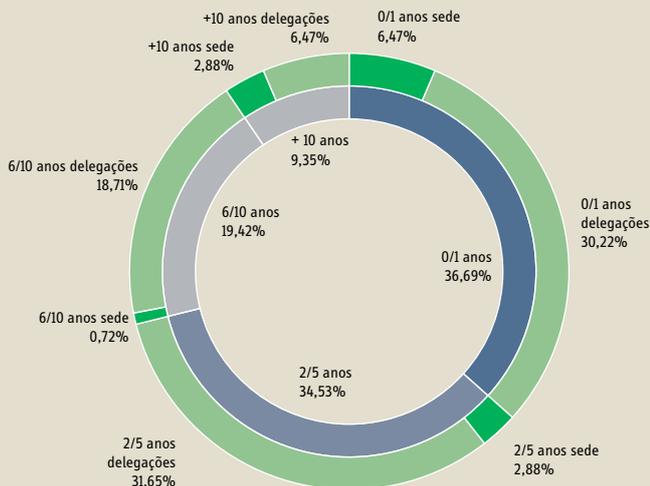
níveis etários – sede/delegações



habilitações literárias colaboradores sede/delegações



antiguidade – sede/delegações



antiguidade média dos colaboradores

4,11 anos

taxa de rotação

0,26

9. tipo de contrato

em 31 de Março de 2007 a distribuição dos colaboradores por tipo de contrato: prestação de serviço, estágio, a termo e sem termo.

descrição: corresponde ao universo total de colaboradores com vínculo laboral num determinado momento, segmentado pelo critério tipo de contrato definido e a unidade de medida é expressa em percentagem.

Em termos de distribuição entre tempo total e tempo parcial, apenas o director de desenvolvimento tem vínculo com a organização a tempo parcial.

gráfico: tipo de contrato.

10. área funcional

em 31 de Março de 2007 a distribuição dos colaboradores por área funcional: direcção, operações e serviços partilhados.

descrição: corresponde ao universo total de colaboradores com vínculo laboral num determinado momento, segmentado pelo critério tipo de área funcional e a unidade de medida é expressa em percentagem. **gráfico:** área funcional.

11. índice de liderança

em 31 de Março de 2007 o número de colaboradores que exerciam cargos de chefia era 22, correspondendo a um índice de liderança de 13,02%.

descrição: corresponde ao universo total de colaboradores com cargos de chefia, sobre o número total de colaboradores num determinado momento e a unidade de medida é expressa em percentagem. **gráfico:** índice de liderança.

No universo dos colaboradores que exercem cargos de chefia a distribuição em termos de género é a seguinte: 7 mulheres, correspondendo a 35% e 13 homens, correspondendo a 65%.

gráfico: género dos colaboradores com função de chefia.

Em termos de distribuição em termos por níveis etários é a seguinte: 5% com idades compreendidas entre 18 e 26 anos, 55% entre os 27 e os 35 anos, 30% entre os 36 e os 44, e, por fim, 10% entre os 45 e os 60.

gráfico: níveis etários dos colaboradores com função de chefia

Em 31 de Agosto de 2007 a idade média dos colaboradores que exerciam cargos de chefia era de 34,90 anos.

Todos os colaboradores que exerciam cargos de chefia apresentavam habilitações literárias de ensino superior. A antiguidade média destes colaboradores era de 3,65 anos.

A taxa de rotação para este universo é de apenas 0,08%. Não se verificaram saídas e foram contratados 3 novos colaboradores.

Em termos de composição dos órgãos sociais da oikos, a percentagem de mulheres corresponde a 39,68%.

Direitos Humanos, trabalho infantil e trabalho forçado

As actividades que implementamos nos Países em Desenvolvimento (PED), de acção humanitária e vida sustentável estão sujeitas a conjunturas onde existe o risco de ocorrência de trabalho infantil e trabalho forçado.

Em conformidade com os princípios, valores, código de conduta ética e política de desenvolvimento da actividade, estruturamos toda a nossa intervenção segundo uma abordagem para a promoção dos direitos económicos, ambientais, sociais e culturais, corresponsabilizando todos os actores sociais envolvidos para que também assumam tal compromisso.

Todos os programas e projectos que desenvolvemos têm como condição prévia de elegibilidade a coerência com os princípios e normas de promoção dos direitos humanos e combate ao trabalho infantil e trabalho forçado, contidos nos processos de candidatura, aprovação, monitorização e reporte dos financiadores institucionais.

Para comprová-lo, referimos o *Framework Partnership Agreement* entre a CE/DG-ECHO e a oikos, com o nº 3-193 e as *guidelines for grant applicants responding to the call for proposals for 2004, 2005 e 2006*, da Comissão Europeia, referentes ao co-financiamento com as ONGD europeias para acções de desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento.

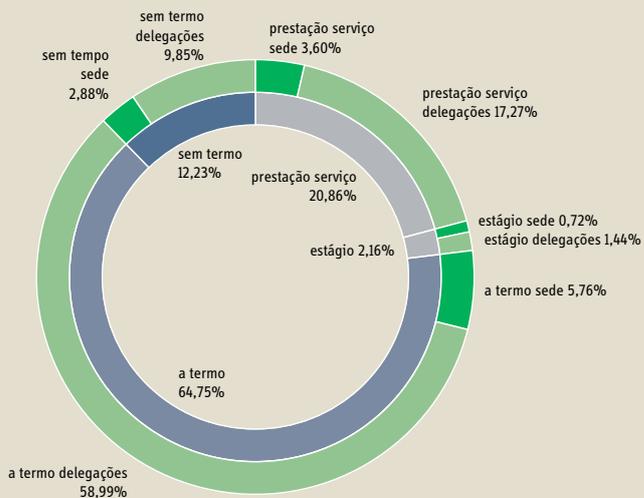
Apesar desta prática, o actual sistema de informação não disponibiliza evidências sobre o processo de avaliação e auditoria aos parceiros, no cumprimento dos Direitos Humanos e condenação do trabalho infantil e trabalho forçado. Este ponto será alvo de melhoria a partir de 2008.

Durante todo o período de actividade da oikos nunca foram registados ou apontados quaisquer incidentes que envolvam a violação dos direitos humanos e práticas de trabalho infantil ou de trabalho forçado por parte da organização. Na década de 90, a oikos desenvolveu um trabalho pioneiro com o MOC-Movimento de Organização Comunitária do Estado da Baía, no Nordeste do Brasil, na prevenção do trabalho infantil. Em Portugal, coordenámos a marcha global contra o trabalho infantil, tendo realizado acções de ED nas escolas do ensino básico e secundário.

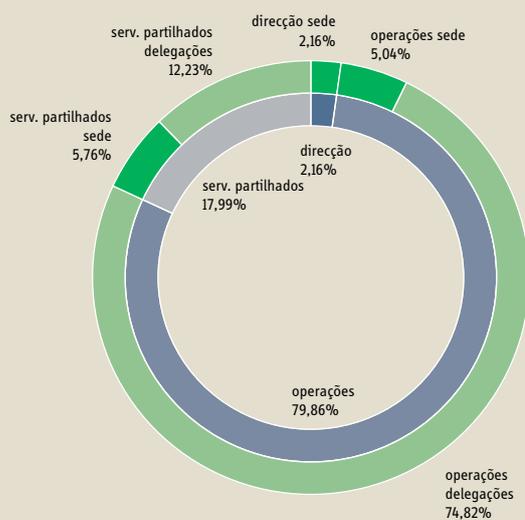
Gostaríamos ainda de referir que estas temáticas são transversais a todas as intervenções da oikos.

caracterização dos Recursos Humanos oikos

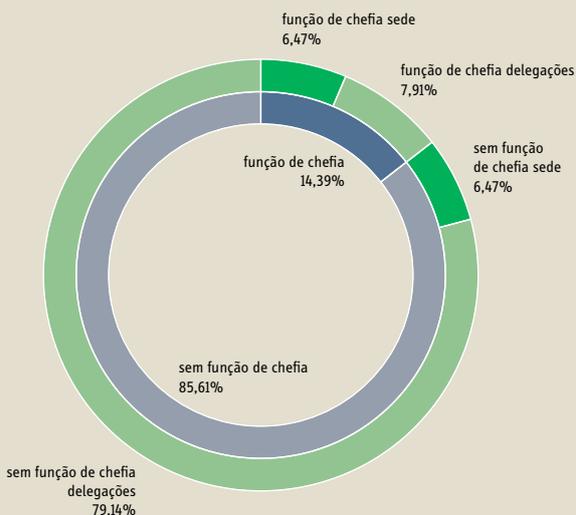
tipo de contrato – sede/delegações



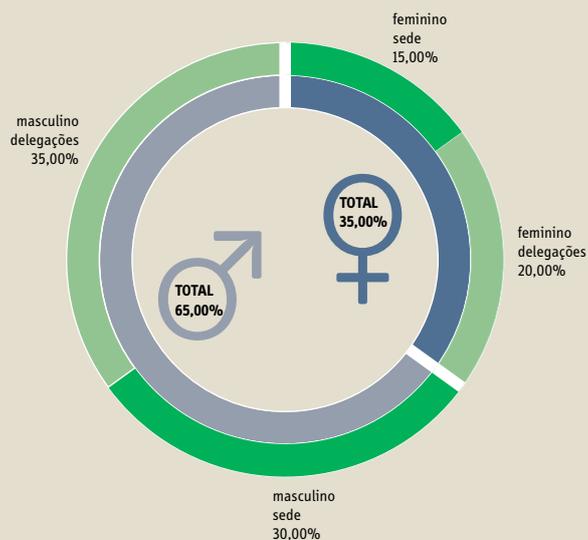
áreas funcionais – sede/delegações



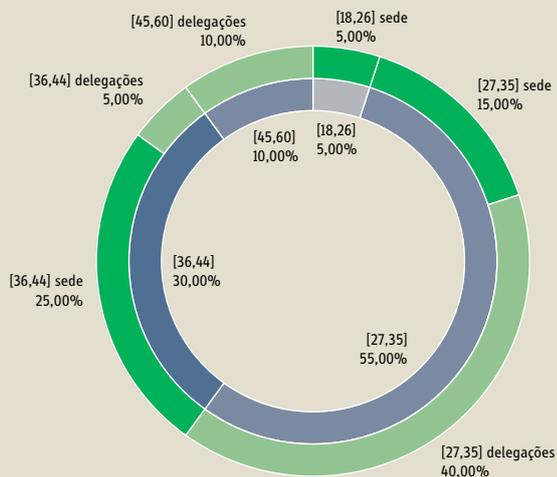
funções de chefia colaboradores sede/delegações



género dos colaboradores com função de chefia sede/delegações



níveis etários dos colaboradores com função de chefia sede/delegações



antiguidade média dos colaboradores com função de chefia

3,65 anos

taxa de rotação

0,08



3

o que fazemos

indicadores socioeconómicos dos países onde trabalhamos

Todos os países onde a oikos desenvolve projectos de cooperação para o desenvolvimento são países de baixo índice de desenvolvimento humano, segundo a classificação do PNUD.

País	pop (milhões)	pib/pc (USD ppp)	p.a.n.p (%)	e.v (anos)	a.M (%)	a.H (%)	m.i (‰)	a.a.p (%)	IDH rank	IDH valor
Portugal	10,4	19.629	n.a.	77,5	9	9	4	100	28	0,904
Cuba	11,2	5.700	n.a.	77,6	3	3	6	91	50	0,826
Peru	27,2	5.678	31,8	70,2	13	5	24	83	82	0,767
Equador	13,0	3.963	37,2	74,5	9	6	23	94	83	0,765
El Salvador	6,8	5.041	40,6	71,1	22	17	24	84	101	0,729
Indonésia	220,1	3.609	52,4	67,2	16	7	30	77	108	0,711
Nicarágua	5,4	3.634	79,9	70,0	32	32	31	79	112	0,698
Bolívia	9,0	2.720	42,2	64,4	18	7	54	85	115	0,692
Honduras	7,0	2.876	44,0	68,1	24	24	31	87	117	0,683
Guatemala	12,3	4.313	31,9	67,6	36	22	33	95	118	0,673
Angola	15,5	2.180	69,4	41,0	72	44	154	53	161	0,439
Moçambique	19,4	1.237	78,4	41,6	67	36	104	43	168	0,390

pop: população total
 pib/p.c: pib per capita
 p.a.n.p: população abaixo do nível de pobreza internacional (<2 USD/dia)
 e.v: esperança de vida
 a.M: analfabetismo das mulheres
 a.H: analfabetismo dos homens
 m.i: mortalidade infantil
 a.a.p: acesso a água potável
 IDH rank: posição no ranking do IDH
 IDH valor: índice de desenvolvimento humano (PNUD)

As actividades que desenvolvemos encontram-se estruturadas segundo um *continuum* de intervenção oikos, cujos objectivos são maximizar os recursos afectos e potenciar o impacto.

Neste sentido, os projectos constituintes da linha-base de performance oikos estão agrupados segundo os níveis de intervenção de acção humanitária, vida sustentável e cidadania global.

critérios de avaliação dos projectos analisados no relatório de responsabilidade oikos – ano zero

Todos os projectos constituintes da linha-base de performance oikos foram desenhados, desenvolvidos e avaliados segundo o método da matriz do enquadramento lógico.

critério de selecção

- ▶ considerámos todos os projectos alvo de análise contabilística no exercício referente ao ano de 2006;
- ▶ foram incluídos todos os projectos, independentemente do papel desempenhado e da responsabilidade assumida pela oikos;
 - ▶ nos projectos em que a oikos assume a responsabilidade de cabeça de consórcio, a análise considera a totalidade da acção. Nos casos em que desempenha um papel de parceiro, a análise foca os desempenhos correspondentes à responsabilidade assumida e imputada à oikos;
- ▶ os projectos que não tenham terminado no decorrer de 2006, têm como data de avaliação Abril de 2007;
 - ▶ para estes projectos, os resultados foram ponderados pelo intervalo de tempo entre o início das actividades e Abril de 2007, sendo a sua informação inferida a partir de relatórios intermédios e relatórios de seguimento.

análise, avaliação e validação

A análise dos dados foi elaborada a partir dos indicadores definidos nos projectos e seu cumprimento ponderado a partir da matriz do quadro lógico, do controlo financeiro e do cronograma de actividades acordado.

Como fonte de avaliação e validação dos dados, recorreremos, no caso dos projectos já finalizados, aos relatórios finais aprovados pelos financiadores e relatórios elaborados por auditores externos. No caso de projectos em curso, considerámos os relatórios de progresso aprovados pelos financiadores e relatórios e documentos de avaliação produzidos por auditores externos.

Por razões de ordem metodológica, os projectos serão analisados em dois grupos:

- ▶ projectos de emergência/acção humanitária e de desenvolvimento/vida sustentável, correspondendo às actividades nos Países em Desenvolvimento – PED;
- ▶ projectos de mobilização/cidadania global, correspondendo às actividades em Portugal.

indicadores para projectos de emergência/acção humanitária e de desenvolvimento/vida sustentável

1. execução financeira

corresponde ao valor financeiro executado sobre o valor financeiro total previsto do projecto e a unidade de medida é expressa em percentagem.

2. peso financeiro dos recursos humanos locais e expatriados

corresponde ao valor financeiro executado, imputado à rubrica de custos com os recursos humanos locais e expatriados e a unidade de medida é expressa em percentagem.

3. resultado atingido ponderado pelo peso financeiro executado

corresponde ao valor percentual do resultado atingido, ponderado pelo peso financeiro da sua execução no valor total de execução financeira da amostra e a unidade de medida é expressa em percentagem.

4. resultado atingido ponderado pelo nº de beneficiários dia abrangidos

corresponde ao valor percentual do resultado atingido, ponderado pelo peso do nº de beneficiários/dia abrangidos na sua execução face ao nº total de beneficiários/dia abrangidos na amostra. A unidade de medida é expressa em percentagem.

5. número de beneficiários/dia

corresponde ao nº total beneficiários atingidos, ponderado pelo nº total de dias da intervenção.

indicadores para projectos de mobilização/cidadania global

1. impacto

descrição do impacto obtido com as actividades desenvolvidas.

2. execução financeira

corresponde ao valor financeiro executado sobre o valor financeiro total previsto do projecto e a unidade de medida é expressa em percentagem.

sequência de caracterização da linha-base

a sequência de caracterização da linha-base de performance oikos segue o *continuum* de intervenção e é a seguinte:

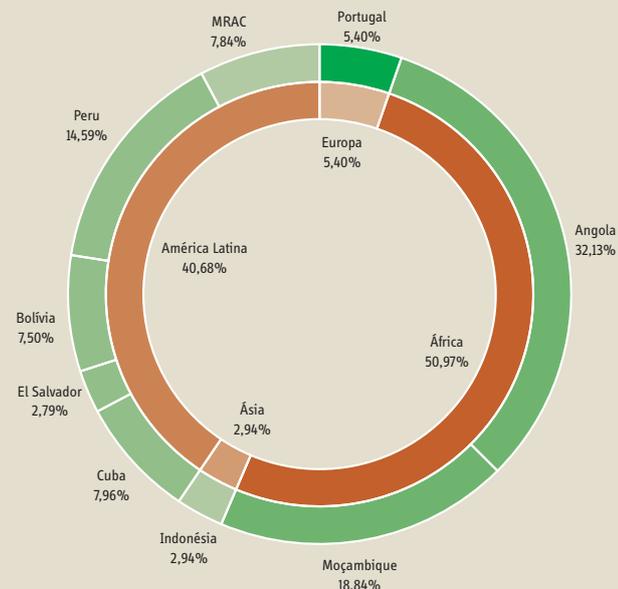
- ▶ acção humanitária:
 - caracterização dos projectos
 - representação gráfica dos indicadores de performance
- ▶ vida sustentável:
 - caracterização dos projectos
 - representação gráfica dos indicadores de performance
- ▶ intervenção oikos nos PED – projectos de emergência e de desenvolvimento:
 - representação gráfica dos indicadores de performance
- ▶ cidadania global:
 - caracterização dos projectos
 - representação gráfica dos indicadores de performance

caracterização da linha-base de performance oikos em termos de valor financeiro contratado

total do valor financeiro contratado da linha-base de performance oikos

€ 12.489.514,51

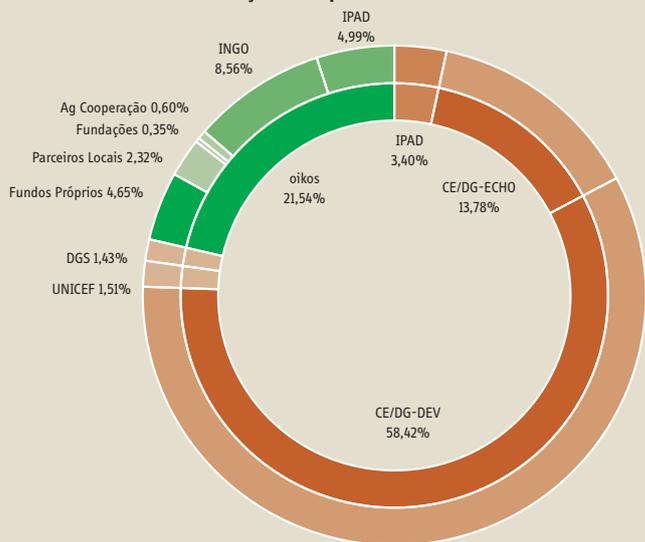
distribuição do valor contratado por país



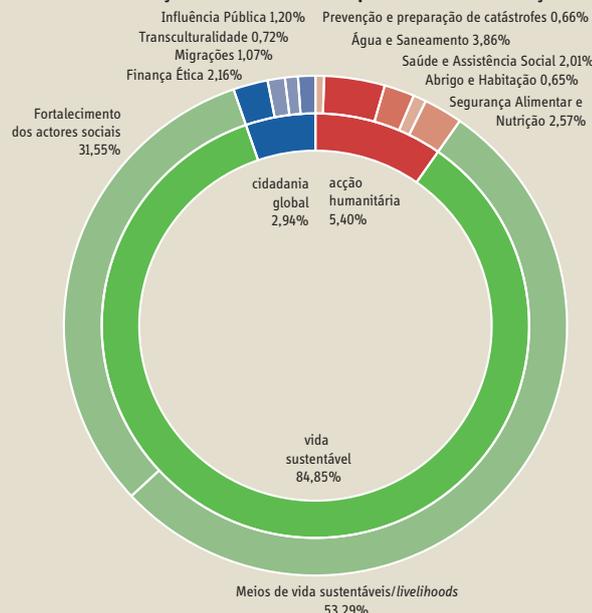
projectos constituintes da linha-base performance oikos

Código	Projeto	País	Data				Progresso
			início	fim	análise	análise	
AH 4B04	Papel Pampa	Bolívia	Março 2006	Setembro 2006	Setembro 2006	100%	
AH 4D06	Apurímac e Ayacucho	Peru	Outubro 2004	Abril 2005	Abril 2005	100%	
AH 5A17	Trinidad, Sancti Spiritus	Cuba	Outubro 2004	Novembro 2006	Novembro 2006	100%	
AH 5C03	Ahuachapán e Santa Rosa	El Salvador	Novembro 2005	Novembro 2006	Novembro 2006	100%	
AH 6B02	Banda Aceh	Indonésia	Mai 2005	Março 2006	Março 2007	100%	
AH 6B03	Aceh Besar	Indonésia	Mai 2006	Março 2007	Março 2007	100%	
VS 3A36	Jango	Angola	Abril 2001	Setembro 2008	Abril 2007	75%	
VS 3A87	Quilengues	Angola	Dezembro 2004	Dezembro 2007	Abril 2007	78%	
VS 3A88	Saca - Gabela	Angola	Novembro 2004	Outubro 2005	Outubro 2005	100%	
VS 3B11	Bilene - Macia	Moçambique	Mai 2004	Abril 2008	Abril 2007	70%	
VS 3B13	Sekeleka Motaze	Moçambique	Abril 2004	Junho 2007	Abril 2007	90%	
VS 3B14	Mandimba	Moçambique	Outubro 2005	Setembro 2009	Abril 2007	40%	
VS 4B03	Triar	Bolívia	Março 2003	Abril 2007	Abril 2007	100%	
VS 4D04	Apurímac	Peru	Abril 2003	Setembro 2007	Abril 2007	85%	
VS 4D08	Chinchipe	Peru	Junho 2005	Abril 2009	Abril 2007	48%	
VS 5A04	Florescia - Ciego de Ávila	Cuba	Abril 2002	Setembro 2006	Setembro 2006	100%	
VS 8B01	Golfo de Fonseca	MRAC	Janeiro 2005	Dezembro 2007	Abril 2007	70%	
CG 1A13	Finança Ética	Portugal	Setembro 2003	Dezembro 2006	Dezembro 2006	100%	
CG 1A14	As Mãos Esforçadas	Portugal	Setembro 2003	Dezembro 2006	Dezembro 2006	100%	
CG 1A20	Pobreza Zero	Portugal	Janeiro 2005	Dezembro 2007	Abril 2007	70%	
CG 1A21	RSE Media Ibero-americanos	Portugal	Agosto 2005	Dezembro 2006	Dezembro 2006	100%	
CG 1A24	Terra de Todos	Portugal	Abril 2006	Novembro 2007	Abril 2007	30%	

distribuição da responsabilidade de financiamento



distribuição do valor contratado por sector de intervenção



“O meu poço estava em más condições: em meia hora bombeava água normal, mas depois dessa meia hora, a água saía turva. Os técnicos que aqui chegaram limparam o poço e a minha água está melhor!” Canuto Mamani (beneficiário de Colqueamaya Baja)

“A valorização é bastante positiva, pois as pessoas têm água limpa para beber e os seus animais estão vacinados. Nas comunidades, os comités de emergência estão formados e as pessoas conseguiram superar o problema, estando eventualmente mais preparadas para outras calamidades”. Damián Berrendorf (Técnico da CE/DG-ECHO)

4B04 - Restituir a segurança alimentar e abastecimento de água no Município de Papel Pampa, Bolívia.

local de intervenção	Município de Papel Pampa, Província de Villaroel, Bolívia.			
datas	início	Março 2006	conclusão	Setembro 2006
beneficiários	4176 pessoas correspondendo a 1044 famílias			
área do continuum	acção humanitária – emergência			
sectores de intervenção	água e saneamento, segurança alimentar e nutrição, prevenção e preparação de catástrofes			
financiadores	CE/DG-ECHO			
orçamento	previsto	€ 200.000,00	executado	€ 199.915,00
contexto	<p>Devido às fortes chuvas que se verificaram nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2006, o rio Desaguadero galgou as margens e inundou parcialmente o município de Papel Pampa. A área afectada não se resumiu apenas às comunidades e áreas ao longo do rio, mas também a outras zonas do município, que são planas ou não possuem uma drenagem adequada. O sistema de segurança alimentar na área tem por base a criação de gado e a migração (acesso a produtos alimentares) como as principais fontes de rendimento, a agricultura como fonte de produtos para consumo próprio e os poços manuais ou mecânicos como fontes de água. A destruição de colheitas nas zonas inundadas e o seu impacto no nível de alimentação da população, assim como o aumento da mortalidade e morbidez de gado, a destruição, os danos parciais e contaminação de poços agravaram ainda mais os indicadores de insegurança alimentar e saúde pública, já bastante favoráveis. Consequentemente, verificou-se um aumento dos níveis de pobreza que chegaram aos 99,3% na província de Villaroel, resultando num aumento da migração temporária e definitiva desta zona. As cheias destruíram colheitas, fontes de água e colocaram em risco o gado, o que, a curto ou médio prazo, tem um impacto negativo na segurança alimentar.</p>			
objectivos gerais	OG1. Melhoria das condições de vida da população local afectada pela inundação no município de Papel Pampa, Bolívia.			
objectivos específicos	OE1. Atenuar o impacto negativo que a inundação teve na segurança alimentar e fornecimento de água em Papel Pampa.			
resultados esperados no fim do projecto	R1 ► Restabelecer e melhorar o fornecimento de água a 100 famílias - 400 pessoas. R2 ► Atenuar o impacto da inundação nas condições de vida da população e reactivar o cultivo de colheitas. R3 ► Fortalecer a capacidade local de atenuar o efeito de futuras inundações.			
avaliação e auditoria	técnica	auditorias financeira e técnica regulares à oikos, efectuadas pelo financiador – CE/DG-ECHO, e enquadradas com o contrato quadro estabelecido.		
	financeira			
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	água e saneamento			100%
	segurança alimentar, nutrição			100%
	prevenção e preparação de catástrofes			100%
execução financeira atingida			99,95%	



4D06 - Projecto de Emergência para Apurímac e Ayacucho, zonas afectadas por uma onda de frio e tempestades de neve: atenuar as necessidades e capacitar para gestão em situações de catástrofe.

local de intervenção	Apurímac e Ayacucho, Peru			
datas	início	Outubro 2004	conclusão	Abril 2005
beneficiários	5594 pessoas, correspondendo a 1243 famílias			
área do continuum	acção humanitária – reabilitação			
sectores de intervenção	segurança alimentar, nutrição prevenção e preparação de catástrofes			
parceiros	ITDG, CEDES			
financiadores	CE/DG-ECHO			
orçamento	previsto	295.000,00 €	executado	220.398,07 €
contexto	Durante o mês de Junho de 2004, uma excepcional onda de frio afectou as comunidades rurais dos departamentos de Apurímac e Ayacucho. Este fenómeno agravou a situação de pobreza na qual se encontra esta área, dificultando o acesso às comunidades, impedindo o desenvolvimento das tradicionais actividades agrícolas e comerciais e determinando a morte de uma grande quantidade de gado. Esta situação limitou fortemente a produção agrícola local (principal actividade económica da zona) e ameaçou a segurança alimentar da população afectada.			
objectivos gerais	OG1. Contribuir para atenuar os danos causados pela onda de frio e tempestades de neve em 3 distritos na província de Grau e Cotabambas em Apurímac e 3 distritos na província de Sucre em Ayacucho no Peru.			
objectivos específicos	OE1. Reconstrução da capacidade de produção e criação animal das famílias afectadas pela onda fria e tempestade de neve, através da acção de ajuda humanitária e da organização e/ou fortalecimento da gestão de risco das organizações locais, recorrendo aos Comitês de Protecção Civil.			
resultados esperados no fim do projecto	R1 ► Gado melhor alimentado para maior eficácia no combate às doenças. R2 ► População local mais preparada para encarar os desastres naturais.			
avaliação e auditoria	técnica	auditorias financeira e técnica regulares à oikos, efectuadas pelo financiador – CE/DG-ECHO, e enquadradas com o contrato quadro estabelecido.		
	financeira			
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007		100%	
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	segurança alimentar, nutrição		112,5%	
	prevenção e preparação de catástrofes		150,0%	
execução financeira atingida		74,7%		

“Nem feijão para semear nos deixou o furacão. Tudo estragado, coberto de lama, de terra e de água. Endividei-me para comprar sementes. Não sabia o que fazer: como pagar as dívidas depois de o furacão ter arrasado o meu campo?

Depois vieram os do projecto e mesmo no início da época da sementeira, deram-nos milho, feijão e até fertilizantes. Pude semear e, se Deus quiser, terei para dar de comer aos meus filhos e para pagar a dívida.” Jesús Antonio, Município de Jujutla, Comunidade de Guayapa, El Salvador

5C03 - Ajuda de emergência às populações afectadas pelo furacão STAN, nos departamentos de Ahuachapán (El Salvador) e Santa Rosa (Guatemala)

local de intervenção	12 aldeias localizadas na parte sul do Departamento de Ahuachapán em El Salvador e 4 aldeias do Departamento de Santa Rosa na Guatemala.			
datas	início	Novembro 2005	conclusão	Novembro 2006
beneficiários	14.655 pessoas correspondendo a 3.186 famílias			
área do continuum	acção humanitária – emergência			
sectores de intervenção	água e saneamento, segurança alimentar, nutrição, saúde e assistência social			
parceiros	FUNSALPRODESE			
financiadores	CE/DG-ECHO, IPAD			
orçamento	previsto	349.527,00 €	executado	348.788,00 €
contexto	O projecto “Ajuda de emergência a populações afectadas pelo furacão “Stan” nos departamentos de Ahuachapán (El Salvador) e Santa Rosa (Guatemala)” visou atenuar os efeitos do furacão “Stan” em Outubro de 2005, na América Central. As inundações e as fortes chuvas geradas pelo furacão causaram graves danos às populações locais, já por si em condições de vulnerabilidade (alta incidência dos índices de pobreza e extrema pobreza, baixa ou nula presença de serviços públicos, inexistência de planos e políticas públicas de gestão de risco).			
objectivos gerais	OG1. Contribuir para a redução dos efeitos causados pelo furacão “Stan” no Departamento de Ahuachapán, El Salvador, e no Departamento de Santa Rosa, Guatemala.			
objectivos específicos	OE1. Controlar a propagação de doenças e mitigar os prejuízos agrícolas causados pelo Furacão “Stan” nos departamentos de Ahuachapán (El Salvador) e Santa Rosa (Guatemala).			
resultados esperados no fim do projecto	R1 ▶ Água potável acessível a todas as famílias beneficiárias. R2 ▶ Vectores transmissores de doenças controlados nos três municípios beneficiados. R3 ▶ Cuidados médicos e medicamentos disponibilizados aos grupos mais vulneráveis nos 3 municípios beneficiados. R4 ▶ 269 famílias beneficiadas com assistência técnica e um pacote de <i>inputs</i> agrícolas em 4 comunidades de Ahuachapán.			
avaliação e auditoria	técnica	auditorias financeira e técnica regulares à oikos, efectuadas pelo financiador – CE/DG-ECHO, e enquadradas com o contrato quadro estabelecido.		
	financeira	auditoria financeira documental efectuada pelo IPAD.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	água e saneamento			100%
	saúde e assistência social			100%
	segurança alimentar, nutrição			100%
execução financeira atingida			99,78%	



5A17 - Programa de reabilitação de habitações no Município de Trinidad, Sancti Spiritus, Cuba

local de intervenção	Município de Trinidad, Província de Sancti Spiritus, Cuba.			
datas	início	Outubro 2004	conclusão	Novembro 2006
beneficiários	1882 pessoas correspondendo a 448 famílias			
área do continuum	acção humanitária – reabilitação			
sectores de intervenção	abrigo e habitação			
parceiros	Poder Popular de Sancti Spiritus			
financiadores	IPAD			
orçamento	previsto	81.822,37 €	executado	81.626,97€
contexto	Sancti Spiritus foi uma das 11 províncias que sofreram os maiores danos pela passagem do furacão Dennis. Para além de todos os danos estruturais provocados por este fenómeno natural, importa salientar os incalculáveis danos psicológicos e sociais que as populações afectadas sofreram, com a perda dos seus lares, bens e trabalho e pela sua deslocação para albergues colectivos, onde apenas lhes foram garantidas as condições mínimas de habitabilidade e privacidade.			
objectivos gerais	OG1. Reduzir o impacto negativo sobre a população, ocasionado pela passagem do furacão Dennis.			
objectivos específicos	OE1. Reabilitar telhados de habitações do município de Trinidad (província de Sancti Spiritus) que foram totalmente destruídos pela passagem do furacão Dennis.			
resultados esperados no fim do projecto	R1 ► Reconstrução dos telhados totalmente danificados pela passagem do furacão Dennis de 304 habitações do município de Trinidad. R2 ► Reincorporação da população abrangida nas 304 habitações reabilitadas.			
avaliação e auditoria	técnica	auditoria financeira documental efectuada pelo financiador - IPAD.		
	financeira			
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	abrigo e habitação			100%
	execução financeira atingida			99%

6B02 - Projecto de cuidados de saúde primários para Ulee Kareng

local de intervenção	Cidade de Banda Aceh, Província de Nanggroe Aceh Darussalam, ilha de Sumatra, Indonésia			
datas	início	Maio 2005	conclusão	Março 2006
beneficiários	17142 pessoas correspondendo a 5714 famílias			
área do continuum	acção humanitária – emergência			
sectores de intervenção	saúde e assistência social			
parceiros	Departamento de Saúde			
financiadores	Direcção-Geral de Saúde			
orçamento	previsto	174.512,42 €	executado	178.322,35 €
contexto	<p>A região de Banda de Aceh, na costa sudoeste da ilha de Sumatra, foi a região mais afectada pelo tsunami a 26 de Dezembro de 2004, onde morreram mais de 90.000 pessoas e 2 milhões ficaram afectadas tanto pela quebra dos serviços sociais básicos (água e saneamento, saúde, educação), como pela destruição dos meios de subsistência (agricultura, pesca e indústria), criando uma situação de insegurança alimentar e aumentando a dependência destas populações face à ajuda externa. As populações deslocadas das suas povoações e casas, devido ao tsunami, refugiaram-se em campos de deslocados espalhados por toda a costa das ilhas afectadas e cuja gestão foi entregue às ONG presentes na Indonésia.</p> <p>A oikos ficou responsável por fornecer água potável e saneamento básico em 11 destes campos, pela prestação de cuidados de saúde primários e apoio na gestão de vários centros de saúde e por uma clínica móvel.</p>			
objectivos gerais	OG1. Melhorar os serviços básicos de saúde prestados à população de Ulee Kareng.			
objectivos específicos	OE1. Melhorar o serviço médico prestado à população de Ulee Kareng, capacitando enfermeiros e promotores de saúde comunitários, através de acções de formação específicas e <i>on-job</i> , assim como na gestão integrada de 2 postos de saúde.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ► Melhorada a qualidade de serviço nos cuidados primários de saúde prestados em Pango Raya e Lambhuk.</p> <p>R2 ► Aumentado o espectro de pacientes atendidos pelos 2 postos de saúde.</p> <p>R3 ► Aumentado o índice de rastreio de tuberculose em 50% em Banda Aceh, através do serviço de diagnóstico de doenças pulmonares móvel.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	auditoria financeira documental efectuada pelo financiador - DGS.		
	financeira			
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	saúde e assistência social			100%
	execução financeira atingida			102,2%



6B03 - Projecto de Água e Saneamento para Banda Aceh e Aceh Besar

local de intervenção	Cidade de Banda Aceh, Província de Nanggroe Aceh Darussalam, ilha de Sumatra, Indonésia			
datas	início	Maio 2006	conclusão	Março 2007
beneficiários	3.385 pessoas correspondendo a 1.128 famílias			
área do continuum	acção humanitária – emergência			
sectores de intervenção	água e saneamento			
parceiros	Departamento de Saúde			
financiadores	UNICEF			
orçamento	previsto	141.654,94 €	executado	147.718,23€
contexto	<p>O projecto enquadra-se no âmbito da resposta humanitária à catástrofe natural que devastou o Sudoeste Asiático no dia 26 de Dezembro de 2004. A região de Banda Aceh, onde se localiza a acção, foi a mais afectada. Para além das centenas de milhares de mortos, o maremoto teve como consequência a deslocação de inúmeras comunidades costeiras para áreas menos afectadas. O governo indonésio promoveu a criação de campos de transição para o acolhimento de deslocados internos, prevendo o seu funcionamento por um período não superior a 2 anos.</p> <p>O projecto prevê o abastecimento de água potável, bem como a melhoria das condições de saneamento básico e meio ambiente, em 7 campos de deslocados.</p>			
objectivos gerais	OG1. Promover a saúde pública e melhorar as condições dos campos de refugiados.			
objectivos específicos	OE1. Garantir que os refugiados internos que vivem nos 7 campos de refugiados tenham acesso a água potável e infra-estruturas sanitárias apropriadas, bem como melhorar os seus hábitos de higiene.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ▶ 3385 Deslocados dispõem de condições sanitárias adequadas dentro de 2 meses.</p> <p>R2 ▶ 3385 Deslocados dispõem de pelo menos 25 litros de água por pessoa/dia.</p> <p>R3 ▶ 3385 Deslocados aplicam métodos de higiene que lhes permitem assegurar a sua higiene e contribuir para a redução do foco de doenças.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	auditoria financeira documental e auditoria técnica efectuada pelo financiador - UNICEF.		
	financeira			
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	água e saneamento			100%
	execução financeira atingida			104,3%

indicadores de performance

execução financeira

94,71%

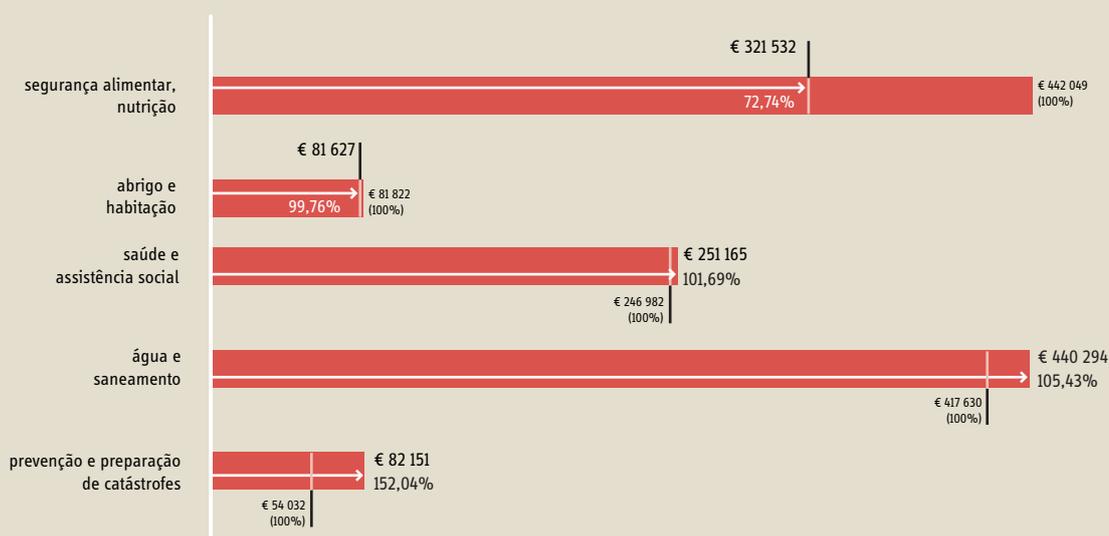
valor total contratado nos projectos de acção humanitária

€ 1.242.516,44

valor total executado nos projectos de acção humanitária

€ 1.176.769,06

execução financeira ponderada por sectores de intervenção



peso financeiro recursos humanos locais

14,5%

custo com os recursos humanos locais nos projectos de acção humanitária

€170.977,20

peso financeiro recursos humanos expatriados

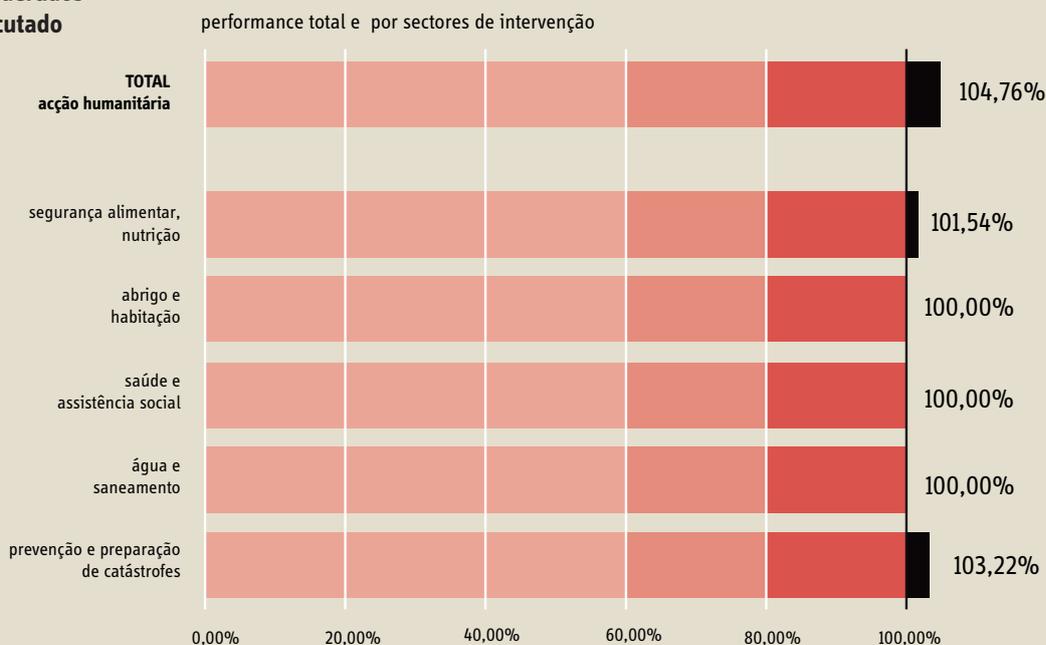
11,99%

custo com os recursos humanos expatriados nos projectos de acção humanitária

€141.073,08

resultados atingidos, ponderados pelo valor financeiro executado

104,76%

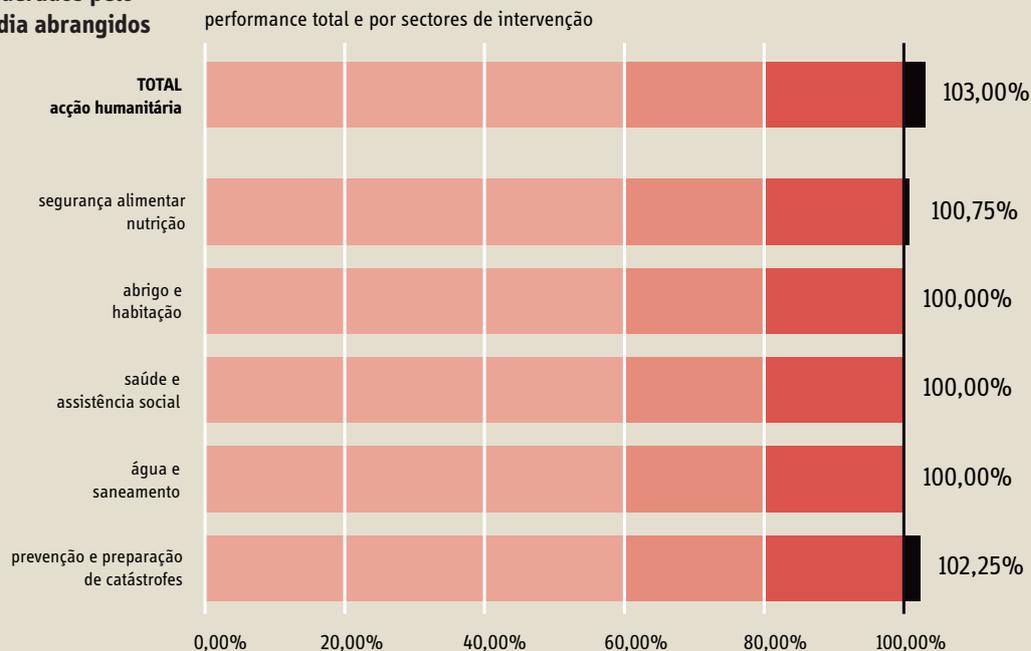


número médio anual beneficiários/dia

42.158

resultados atingidos, ponderados pelo número de beneficiários/dia abrangidos

103,00%



custo médio beneficiário/dia

€ 0,08

custo médio beneficiário/mês

€ 2,29

custo médio beneficiário/ano

€ 27,91

3A36 - Jango - Formação para transformação em Angola.

local de intervenção	Angola, âmbito nacional (Benguela, Bié, Kwanza-Sul, Huambo, Huíla, Luanda, Malange, Moxico e Namibe).			
datas	início	Abril 2001	conclusão	Setembro 2008
beneficiários	692 formadores de 25 organizações, 10 000 pessoas.			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	fortalecimento dos actores sociais.			
parceiros	Caritas de Angola, IECA, ICCO.			
financiadores	CE/DEV, IPAD, ICCO, CAFOD e oikos.			
orçamento	previsto	2.373.207,00 €	executado	1.381.084,06 €
contexto	<p>A ideia do projecto “Jango - Formação para a Transformação em Angola” é concebida num contexto de guerra civil em Angola. Ao longo de 40 anos de conflito armado, as organizações humanitárias desempenharam um papel assistencialista que procurou responder ao desafio de satisfazer as necessidades imediatas e básicas das populações. O reinício das actividades bélicas em Novembro de 1998 significou um adiamento da paz e do regresso à normalidade.</p> <p>É neste quadro que, em finais de 1999, a oikos propõe a criação de um projecto de formação para a transformação, de âmbito nacional, endereçando um convite à IECA, à Caritas, à ICCO e à CAFOD, para a constituição de um consórcio angolano e europeu. A situação de guerra que se viveu até 2002 foi a causa mais evidente da degradação da economia e da pobreza generalizada, potenciando um aumento da violência, da corrupção, da degradação moral e da marginalização de uma cada vez maior franja da sociedade angolana.</p> <p>Um programa de formação em exercício e de criação de uma rede de formadores, como o previsto neste projecto, só faz sentido se for articulado entre ONG, Igrejas e Instituições oficiais que têm projectos e trabalho de terreno com as comunidades. De âmbito nacional, o projecto pretende contribuir para que ONG, Igrejas e entidades oficiais que trabalham em Angola promovam uma maior participação das pessoas no seu próprio desenvolvimento, potenciando um desenvolvimento comunitário de qualidade e sustentável, baseado na participação das pessoas e dos grupos na decisão, na realização e avaliação dos projectos de que são beneficiários e na valorização dos saberes e dos recursos locais em harmonia com o meio ambiente.</p>			
objectivos gerais	OG1. Contribuir para que ONG, Igrejas e Entidades a trabalhar em Angola promovam uma maior participação das pessoas no seu próprio desenvolvimento e no desenvolvimento das suas comunidades.			
objectivos específicos	OE1. Criação de um sistema sustentável e eficiente para a formação de formadores de Agentes de Desenvolvimento Comunitário (ADC's) e em técnicas de gestão e planificação participativa do desenvolvimento em Angola.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ► Criado um sistema sustentável e eficiente para a formação de formadores de Agentes de Desenvolvimento Comunitário (ADC's) e em técnicas de gestão e planificação participativa do desenvolvimento em Angola.</p> <p>R2 ► A Rede social de formação estabelecida pelo projecto oferece serviços de formação, assessoria e consultoria na área social e humanitária, a nível nacional.</p> <p>R3 ► Capacidades técnicas dos formadores e das instituições membros da Rede reforçadas.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelos financiadores.		
	financeira	avaliação técnica intermédia executada por auditor externo.		
		auditoria financeira anual efectuada por ROC.		
		no final do projecto serão efectuadas auditorias técnica e financeira por entidades externas.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007 (controlo financeiro e cronograma de actividades)			75%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	fortalecimento dos actores sociais.			60%
	execução financeira atingida.			58%



3A88 - Projecto de Apoio ao Reassentamento da População de Saca

local de intervenção	Município da Kilenda, Província do Kuanza Sul, Angola			
datas	início	Novembro 2004	conclusão	Outubro 2005
beneficiários	4000 pessoas correspondendo a 615 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods			
parceiros	SMADRA, INCA, ERA, BTCA, EDA, MINARS			
financiadores	IPAD, oikos			
orçamento	previsto	152.000,00 €	executado	80.049,85 €
contexto	<p>Devido ao conflito armado em Angola, na província de Kuanza Sul cerca de 1/4 da população ter-se-á deslocado para fora das suas áreas de residência (predominantemente para o interior da província), concentrando-se essencialmente no meio rural (69,7% da população total).</p> <p>Só em 2003 é que se assistiu ao regresso massivo das populações aos seus locais de origem, como acontece no caso do reassentamento de Saca.</p> <p>O projecto visa melhorar de forma significativa o bem-estar social e os níveis de segurança alimentar de pessoas que se encontrem nesta situação.</p>			
objectivos gerais	OG1. Nível de segurança alimentar melhorado no reassentamento de Saca.			
objectivos específicos	OE1. Recuperada a capacidade produtiva de 4.000 famílias do reassentamento de Saca.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ► Melhoradas as técnicas de produção agrícola.</p> <p>R2 ► Recuperada a capacidade produtiva das culturas de base.</p> <p>R3 ► Diversificada a produção agro-alimentar.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	relatório final em aprovação pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira documental efectuada pelo financiador - IPAD.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	meios de vida sustentáveis/livelihoods			80%
	execução financeira atingida			52,7%

3A87 - Melhoria da Segurança Alimentar das populações no Município de Quilengues

local de intervenção	Município de Quilengues, localizado a Norte da província da Huila, na região sul da República de Angola.			
datas	início	Janeiro 2005	conclusão	Dezembro 2007
beneficiários	45.500 pessoas correspondendo a 7.000 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	ACM - YMCA; IDA; Direcção Provincial de Veterinária			
financiadores	CE/DEV			
orçamento	previsto	1.488.166,70 €	executado	781.994,57 €
contexto	<p>A produção agrícola decaiu consideravelmente nos últimos 25 anos e a província de Huila tem dependido da importação de alimentos e da ajuda alimentar encaminhada pelo PAM. No sector tradicional, calcula-se que o número de famílias camponesas da província seja cerca de 134.000, cultivando uma área total de 300.000 ha. A produção total, neste sector, a nível da subsistência é aproximadamente de 100.000 toneladas de cereais (milho, massambala, massango). Calcula-se que a necessidade mínima de cereais (ou seus substitutos) para a província seja de cerca de 200.000 toneladas, indicando uma grave carência na produção agrícola, que é feita na sua totalidade em regime de sequeiro.</p> <p>O sector privado (sistema empresarial) na agricultura é constituído, em parte, por novos fazendeiros surgidos após a liberalização da iniciativa privada e muito particularmente após 1992 (publicação da Lei de Terras). Na sua grande maioria, os “novos” empresários agrícolas demarcaram as fazendas, mas são os chamados agricultores de “fim-de-semana” que residem na cidade e que cultivam, no máximo, uma pequena horta. O Ante-Projecto de Lei de Terras vem penalizar os produtores locais, prevendo-se, desde já, um agudizar da actual situação difícil que o sistema tradicional enfrenta, existindo conflitos de vizinhança entre agro-pastores tradicionais e empresários agrícolas. A Sociedade Civil, ainda débil, tem vindo a mobilizar os produtores e criadores, no sentido de se organizarem e tomarem conhecimento das implicações do quadro legal em debate. O Projecto irá criar uma base local de advocacia e gestão dos inúmeros problemas que as comunidades rurais enfrentam.</p>			
objectivos gerais	OG1. Melhoria sustentável na segurança dos meios de vida das famílias do Município de Quilengues; Aumento sustentável do capital humano e social das comunidades do município de Quilengues.			
objectivos específicos	OE1. Aumento da segurança alimentar de 7.000 famílias camponesas do município de Quilengues, através da melhoria sustentável do sistema produtivo agro-pecuário, do apoio/reforço das organizações de camponeses, de uma capacidade acrescida no acesso aos mercados e da capacitação dos serviços municipais que tutelam o desenvolvimento rural.			
resultados esperados no fim do projecto	R1 ► Melhoria sustentável do sistema produtivo agro-pecuário. R2 ► Organizações de camponeses constituídas/reforçadas e capacitadas. R3 ► Capacidade acrescida, por parte dos camponeses, no acesso aos mercados. R4 ► Serviços municipais de tutela do desenvolvimento rural capacitados.			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira anual efectuada por ROC.		
		no final do projecto serão efectuadas auditorias técnica e financeira por entidades externas.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007 (controlo financeiro e cronograma de actividades).		78,0%	
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas.			
	meios de vida sustentável		65%	
	fortalecimento dos actores sociais.		90%	
	execução financeira atingida.		68%	



3B14 - Projecto de Segurança Alimentar no Distrito de Mandimba

local de intervenção	Distrito de Mandimba, Moçambique			
datas	início	Outubro 2005	conclusão	Setembro 2009
beneficiários	20.000 pessoas correspondendo a 4.700 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	MODER			
financiadores	CE/DG-DEV			
orçamento	previsto	651.415,28 €	executado	166.281,00 €
contexto	Este projecto de segurança alimentar dá continuidade ao trabalho realizado no mesmo distrito, pela oikos, nos últimos três anos, nos dois Postos Administrativos de Mandimba e Mitande e nas 4 Localidades de Mississi, Lissiete, Luelele e Meluluca.			
objectivos gerais	OG1. Redução da pobreza e melhoria da situação económica da população rural do distrito de Mandimba.			
objectivos específicos	OE1. Melhoria sustentável do sistema de produção de 4.700 famílias camponesas organizadas, do distrito de Mandimba, garantindo a segurança alimentar, o aumento da produtividade e a diversificação das fontes de rendimento.			
resultados esperados no fim do projecto	R1 ► Produção aumentada e diversificada. R2 ► Produtores organizados em associações. R3 ► Produtores com acesso e ligação ao mercado. R4 ► Técnicos e beneficiários formados e capacitados.			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira documental anual efectuada pelo financiador - CE/DG-DEV. no final do projecto serão efectuadas auditorias técnica e financeira pelo financiador.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007 (controlo financeiro e cronograma de actividades)			40%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	meios de vida sustentáveis/livelihoods			54,3%
	fortalecimento dos actores sociais.			45,7%
execução financeira atingida			63,8%	

“À volta da minha aldeia as terras são quase só areia. A mandioca e o milho quase que não crescem. Quando não chove, ficamos dependentes da ajuda alimentar ou somos obrigados a procurar comida longe da nossa aldeia, para as nossas crianças. Queremos acabar com esta forma de viver. Na terra baixa podemos semear quase tudo. Já aprendemos a aproveitar a água da nascente e a semear produtos hortícolas e arroz. Se tivéssemos mais enxadas, pás, catanas e sementes para cultivar a baixa, toda a minha aldeia podia ter comida sem depender da chuva.” Maria Makamo da aldeia de Riguanena, na província de Gaza, Moçambique

3B11 - Segurança Alimentar em Bilene-Macia, na Província de Gaza.

local de intervenção	Macia, Distrito de Bilene, Moçambique			
datas	início	Maio 2004	conclusão	Abril 2008
beneficiários	9.000 pessoas correspondendo a 2.000 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	MLAL; UNAC; DDAR's			
financiadores	CE/DEV, IPAD, oikos			
orçamento	previsto	1.307.365,59 €	executado	738.773,43 €
contexto	<p>A população moçambicana é predominantemente rural e, na sua grande maioria, pobre. Embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tenha aumentado de 0,302 em 1980, para 0,322 em 2000, o país figura como 170º entre os 173 países do IDH, de acordo com o último relatório do PNUD.</p> <p>O projecto abrange o distrito de Bilene-Macia, localizado a Sul da Província de Gaza.</p> <p>Com uma superfície de 3.200 Km², 4,2 % do total da Província, e uma população de 133.173 habitantes (12,5 % do total de habitantes da Província de Gaza), o distrito de Bilene-Macia possui uma densidade populacional aproximada de 42 habitantes por km².</p> <p>O potencial agrário do distrito é estimado em 267.808 ha, dos quais 175.557 com potencialidades para a agricultura, 42.251 para a pecuária e 50.000 para florestas.</p> <p>Apenas 27.830 ha se encontram cultivados pelo sector familiar.</p>			
objectivos gerais	OG1. Melhoria da segurança alimentar da população rural dos distritos de Bilene -Macia, na Província de Gaza.			
objectivos específicos	OE1. Produtores organizados garantem a auto-suficiência alimentar e aumentam as fontes de rendimento.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ▶ Produção aumentada e diversificada.</p> <p>R2 ▶ Melhorada a organização comunitária, através da institucionalização de associações de produtores e comerciantes.</p> <p>R3 ▶ Melhorado o acesso aos mercados.</p> <p>R4 ▶ Reforçados os serviços estatais descentralizados (DDADR), que tutelam o desenvolvimento rural, e do parceiro local (UNAC).</p>			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira anual efectuada por auditor externo. no final do projecto serão efectuadas auditorias técnica e financeira por entidades externas.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007 (controlo financeiro e cronograma de actividades)		70%	
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	meios de vida sustentáveis/livelihoods		75%	
	fortalecimento dos actores sociais.		72%	
execução financeira atingida		80,7%		



3B13 - Sekeleka Motaze

local de intervenção	Província de Maputo, Distrito de Magude, Moçambique.			
datas	início	Abril 2004	conclusão	Junho 2007
beneficiários	10.000 pessoas correspondendo a 2.500 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	Departamento Provincial de Agricultura			
financiadores	CAFOD			
orçamento	previsto	394.284,88 €	executado	266.854,35 €
contexto	O Distrito de Magude enfrenta os seguintes problemas graves: insegurança alimentar, fluxo migratório de homens que se deslocam para a África do Sul, com o objectivo de trabalhar nas minas ou nas fazendas, baixos rendimentos familiares, falta de água potável, mais de 50% das crianças em idade escolar não frequentam a escola, questões de saneamento que originam elevados índices de doenças como a diarreia, malária e ainda uma elevada taxa de sub-nutrição. Esta situação é agravada pela existência de um nível elevado de prevalência do HIV/SIDA que se estima em cerca de 22% da população residente.			
objectivos gerais	OG1. Reduzir a pobreza e a vulnerabilidade em Motaze.			
objectivos específicos	OE1. Reduzir a vulnerabilidade de 2.500 famílias em Motaze, assim como a seca. OE2. Aumentar a capacidade produtiva das 2.500 famílias em Motaze e a sua renda familiar. OE3. Reduzir a vulnerabilidade das 2.500 famílias ao HIV/SIDA e mitigar o impacto do mesmo.			
resultados esperados no fim do projecto	R1 ► Reduzida a vulnerabilidade das famílias à seca. R2 ► Aumentada a capacidade produtiva das famílias e a renda familiar. R3 ► Reduzida a vulnerabilidade das famílias ao HIV/SIDA, através da sensibilização das comunidades sobre formas de prevenir o HIV/SIDA.			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios e auditorias intermédios aprovados e elaborados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira final documental em avaliação pelo financiador. relatório final em avaliação pelo financiador.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007 (controlo financeiro e cronograma de actividades)			90%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	meios de vida sustentáveis/livelihoods			91,0%
	fortalecimento dos actores sociais			104,0%
execução financeira atingida			75,2%	

4D04 - Negócios agrícolas sustentáveis para a redução da pobreza no departamento de Apurímac - Peru

local de intervenção	Vale de Pachachaca e distrito de Huanipaca, no departamento de Apurímac, Peru.			
datas	início	Abril 2003	conclusão	Setembro 2007
beneficiários	6.710 pessoas correspondendo a 1.491 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	ITDG, CEDES			
financiadores	CE/DG-ECHO			
orçamento	previsto	1.468.089,43 €	executado	1.083.055,24 €
contexto	<p>A pobreza é o principal problema social do Peru. A pobreza está concentrada nas áreas rurais, em particular na “sierra rural”. Nesta zona, dois terços das unidades familiares são pobres, sendo que 30% do total são extremamente pobres.</p> <p>O problema central que o projecto pretende resolver corresponde aos baixos níveis de rendimentos que impedem que as famílias camponesas de Apurímac acedam a uma cesta básica de bens e serviços essenciais para alcançar uma vida digna.</p> <p>Os reduzidos níveis de produção e produtividade agrária, a falta de condições e oportunidades para entrar nos mercados nacionais e internacionais e os baixos níveis de procura de mão-de-obra não qualificada para trabalhos agrícolas têm sido as principais barreiras a superar.</p>			
objectivos gerais	OG1. Contribuir para a redução da pobreza no departamento de Apurímac - Peru.			
objectivos específicos	OE1. Contribuir para a geração sustentável de maiores rendimentos agrícolas e salariais para mulheres e homens pobres nas comunidades rurais do departamento de Apurímac - Peru.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ▶ Mulheres e homens camponeses desenvolveram as suas capacidades tecnológicas para manipular de forma integrada, mais eficaz, eficiente e sustentável a actividade agrícola.</p> <p>R2 ▶ Mulheres e homens camponeses melhoraram o acesso a uma nova estrutura de rega.</p> <p>R3 ▶ Mulheres e homens camponeses conseguiram um maior acesso a novas ofertas de serviços agrícolas privados de mão-de-obra, assistência técnica, trabalhos pós-colheita e comercialização de leguminosas e outros produtos com potencial de mercado.</p> <p>R4 ▶ Prestação de serviços de camponês a camponês, em termos de espécies de sementes melhoradas e desenvolvimento de assistência técnica apropriada.</p> <p>R5 ▶ Grupos de camponeses melhoraram a confiança e a habilidade para trabalhar como organizações locais, trabalhar em equipa e expandir a acessibilidade a instituições externas.</p> <p>R6 ▶ Decisores políticos e agentes de instituições públicas e privadas foram informados e sensibilizados para as experiências adquiridas e resultados do projecto.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios e auditorias intermédios aprovados e elaborados pelo financiador e por auditor externo.		
	financeira	auditoria financeira anual efectuada por auditor externo. relatório final em avaliação pelo financiador.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007 (controlo financeiro e cronograma de actividades)		85%	
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	meios de vida sustentáveis/livelihoods		140%	
	fortalecimento dos actores sociais		101%	
execução financeira atingida		86,8%		



4D08 - Programa Binacional para a conservação e gestão participativa dos bosques tropicais do vale do rio Chinchipe

local de intervenção	Distritos de San Ignacio e Jaen no Peru e Cantão de Palanda e Chinchipe no Equador.			
datas	início	Junho 2005	conclusão	Abril 2009
beneficiários	7.360 pessoas correspondendo a 1.600 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods			
parceiros	ITDG (cabeça de consórcio), FACES e CARITAS			
financiadores	CE/DG-DEV, oikos			
orçamento	previsto	responsabilidade ITDG: € 1.954.251 responsabilidade oikos: € 134.103,05	executado	€ 43.130,39
contexto	<p>As crises políticas que ambos os países têm vivido nos últimos tempos têm exacerbado a pobreza de grandes sectores rurais, contribuindo para um aumento do processo de emigração da população camponesa da zona andina que, por falta de outras oportunidades económicas, tem ocupado e desflorestado as zonas marginais da floresta com o objectivo de extrair madeira e instalar culturas temporárias.</p> <p>Frequentemente, estas áreas correspondem a reservas indígenas, pelo que a sua ocupação tem gerado confrontos violentos.</p> <p>A exploração florestal encontra-se a cargo de inúmeros pequenos madeireiros que, com a tentativa de manter o sustento familiar, desenvolvem uma actividade ilegal e depredatória, arriscando a sustentabilidade da sua actividade económica.</p> <p>As instituições locais contam com uma preparação e recursos insuficientes para fazer frente a estes problemas. Todas estas restrições têm gerado uma espiral que desmotiva os habitantes que dependem da gestão adequada e da conservação da floresta, motivo pelo qual os países andinos perdem centenas de milhares de hectares de floresta tropical a cada ano, assistindo assim a uma diminuição do seu capital natural.</p>			
objectivos gerais	OG1. Promover a conservação das florestas tropicais da bacia binacional do Chinchipe (Peru e Equador).			
objectivos específicos	OE1. Desenvolver um modelo de gestão sustentável de florestas na bacia binacional do Chinchipe, com plena participação da população local.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ▶ Instituições locais e regionais melhoram o conhecimento do potencial florestal da bacia a que pertencem.</p> <p>R2 ▶ Camponeses e produtores florestais da bacia aumentam as suas capacidades para gerir de forma sustentável os recursos florestais.</p> <p>R3 ▶ Governos locais e sociedade civil da bacia binacional estabelecem mecanismos participativos e espaços de concertação para fortalecer o manuseamento e conservação dos recursos florestais.</p> <p>R4 ▶ Produz-se e difunde-se informação relevante à boa gestão das florestas tropicais nos países andinos amazónicos.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios e auditorias intermédios aprovados e elaborados pelo financiador e por auditor externo.		
	financeira	auditoria financeira anual efectuada por auditor externo. no final do projecto serão efectuadas auditorias técnica e financeira por entidades externas.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007 (controlo financeiro e cronograma de actividades)			48%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	meios de vida sustentáveis/livelihoods			49,11%
	execução financeira atingida			77%

8B01 - Redução da vulnerabilidade das famílias pobres em Golfo de Fonseca (Nicarágua, Honduras, El Salvador)

local de intervenção	Golfo de Fonseca, constituído pelas Repúblicas de Nicarágua (Dept. Chinandega, Municipalidad el Realejo), Honduras (Dept. Valle, alcaldias de Alianza e Nacaomi) e El Salvador (Dept. La Unión, Caserío El Retiro).			
datas	início	Janeiro 2005	conclusão	Dezembro 2007
beneficiários	15.435 pessoas correspondendo a 3.150 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	CODDEFFAGOLF, FUNSALPRODESE; UCA-Universidade Centro-Americana			
financiadores	CE/DG-DEV, IPAD, oikos e parceiros locais			
orçamento	previsto	€ 978.713,29	executado	€ 549.360,33
contexto	<p>O Golfo de Fonseca é compartilhado por 3 estados centro-americanos: Nicarágua, Honduras e El Salvador. Esta região é uma zona de elevado grau de pobreza, onde eventos climáticos extremos deixaram as infra-estruturas produtivas, sociais e educativas em mau estado. Estão identificados três tipos de problemas comuns:</p> <ul style="list-style-type: none"> - problemas de produção; - problemas de comercialização; - problemas ambientais. <p>As causas destes problemas são o escasso conhecimento da dinâmica ecológica do mangal e o baixo nível de consciencialização e sensibilização sobre o meio ambiente. Estes aspectos estão relacionados e causam problemas sociais e políticos que têm sido, aliás, o centro de importantes debates sobre o assunto nos últimos anos.</p>			
objectivos gerais	OG1. Contribuição para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida, através da luta contra a pobreza.			
objectivos específicos	OE1. Redução da Vulnerabilidade das famílias pobres no Golfo de Fonseca.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ► Sistematizadas estratégias de desenvolvimento do Golfo de Fonseca por parte da sociedade civil e pequenos produtores.</p> <p>R2 ► Implementadas acções-piloto para a diversificação da produção agrícola.</p> <p>R3 ► Implementadas acções-piloto para a produção sustentável do ecossistema do mangal.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira anual efectuada por ROC. no final do projecto serão efectuadas auditorias técnica e financeira por entidades externas.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007 (controlo financeiro e cronograma de actividades)			70%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	meios de vida sustentáveis/livelihoods			75,34%
	fortalecimento dos actores sociais			74,17%
execução financeira atingida			81,2%	



5A04 - Projecto de Autonomia e Fortalecimento de 8 Cooperativas Agrícolas do Município de Florencia, Província Ciego de Ávila, Cuba.

local de intervenção	Município de Florencia, Província Ciego de Ávila, Cuba.			
datas	início	Abril 2002	conclusão	Setembro 2006
beneficiários	2.621 pessoas correspondendo a 589 famílias			
área do continuum	vida sustentável – meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis / livelihoods fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	ANAP, Direcção Provincial Ciego de Avila, Universidade de Ciego de Avila			
financiadores	CE/DG-DEV, Trocaire, Embaixada do Japão, oikos			
orçamento	previsto	925.020,00€	executado	912.802,76€
contexto	<p>O paradigma do desenvolvimento agro-pecuário cubano tem sido o modelo da agricultura convencional moderna. Este modelo é caracterizado por monoculturas feitas em grandes extensões, uso intensivo de formas de mecanização (tratores, ceifeiras, fumigação aérea), fertilizantes, herbicidas e pesticidas químicos. Com a acentuada falta de combustível e outros recursos no sector cooperativo, iniciou-se um plano para o desenvolvimento de metodologias que permitissem suprir esse défice e reduzir o nível de dependência externa.</p> <p>Procedeu-se assim à expansão dos meios biológicos para o controlo de pragas e doenças, incrementou-se a tracção animal nos trabalhos de cultivo e a utilização da rega por gravidade.</p> <p>Em Cuba, com a reconhecida capacidade técnica e manifesta vontade política, está a implementar-se um programa de agricultura, baseado em técnicas de elevada sustentabilidade económica e ambiental, correspondendo a um processo de mudança a nível nacional que poderá servir de exemplo a outras regiões.</p>			
objectivos gerais	<p>OG1. Promoção de meios autónomos de desenvolvimento de actividades económicas.</p> <p>OG2. Melhoria do nível de receitas e das condições de vida dos camponeses.</p>			
objectivos específicos	OE1. Aumentar a autonomia financeira e tecnológica de 8 cooperativas do Município de Florencia.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ▶ 10 sistemas de rega electrificados e reabilitados.</p> <p>R2 ▶ 3 sistemas de rega por gravidade construídos.</p> <p>R3 ▶ Maquinaria agrícola reabilitada e construção de 6 oficinas de mecânica.</p> <p>R4 ▶ 8 estufas instaladas e em funcionamento.</p> <p>R5 ▶ Estruturas administrativas e técnicas das cooperativas fortalecidas.</p> <p>R6 ▶ Técnicas de produção alternativas divulgadas entre os camponeses.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira anual efectuada por ROC. relatório final em aprovação pelo financiador.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	meios de vida sustentáveis			104,81%
	fortalecimento dos actores sociais			113,90%
execução financeira atingida			98,7%	

4B03 - Triar - Educação comunitária participativa para o exercício dos direitos relacionados com a saúde em municípios pobres dos departamentos de Oruro, Sucre e Potosí – Bolívia.

local de intervenção	Departamentos de Oruro, Sucre e Potosí, Bolívia			
datas	início	Março 2003	conclusão	Abril 2007
beneficiários	22.745 pessoas correspondendo a 4.739 famílias			
área do continuum	vida sustentável - fortalecimento dos actores sociais			
sectores de intervenção	fortalecimento dos actores sociais			
parceiros locais	CPC			
financiadores	CE/DG-DEV, oikos			
orçamento	previsto	1.018 869,84€	executado	736.693,46€
contexto	<p>As condições de pobreza predominantes na Bolívia estão relacionadas com a débil participação da população na procura dos seus direitos, nomeadamente os direitos de saúde. Para além de uma atitude conformista e da impotência da população no exercício dos referidos direitos, o sistema de saúde não tem os meios necessários para o seu bom funcionamento, dando origem a uma desmotivação dos recursos humanos.</p> <p>As alterações que o projecto provocou contribuíram para a socialização dos processos de participação dos cidadãos e do controlo social no âmbito local, permitindo que a participação activa da população se vá transformando numa norma social. Uma participação activa da população no exercício dos seus direitos de saúde contribuirá para a melhoria dos indicadores de saúde na área. A pressão que a população exerce sobre os serviços de saúde contribuirá para melhorar a qualidade dos mesmos.</p> <p>Foi particularmente apreciada a atitude horizontal das equipas de campo, o seu domínio das línguas nativas e a sua transmissão de certos princípios dialógicos e modelos para fortalecer a organização e autogestão comunitária. O principal alcance do Projecto foi o Módulo educativo, com a sua ênfase acertada em dinâmicas de grupo com estudantes do secundário para trabalhar temas de identidade, território, cidadania e direitos. A capacitação a radialistas foi relativamente bem sucedida.</p>			
objectivos gerais	<p>OG1. Contribuir para o esforço de redução da pobreza.</p> <p>OG2. Promover a mobilização comunitária para o exercício efectivo dos direitos dos cidadãos.</p> <p>OG3. Melhorar a qualidade dos serviços de saúde e os indicadores de saúde.</p> <p>OG4. Melhorar a envolvente física e social.</p>			
objectivos específicos	<p>OE1. Mobilização e consciencialização das comunidades para o exercício dos seus direitos de saúde, através da aquisição de conhecimentos específicos e promoção de compromissos políticos locais.</p>			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1 ► Os participantes (adultos, adolescentes e crianças) do evento Carpa Lila adquiriram conhecimentos e estão predispostos a exercer os seus direitos de saúde.</p> <p>R2 ► Abriu-se um espaço de participação no tema da saúde.</p>			
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira anual efectuada por ROC. relatório final em aprovação pelo financiador.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007		100%	
	resultados alcançados a partir das actividades realizadas			
	fortalecimento dos actores sociais		141,25%	
execução financeira atingida		72,3%		

indicadores de performance

execução financeira

76,09%

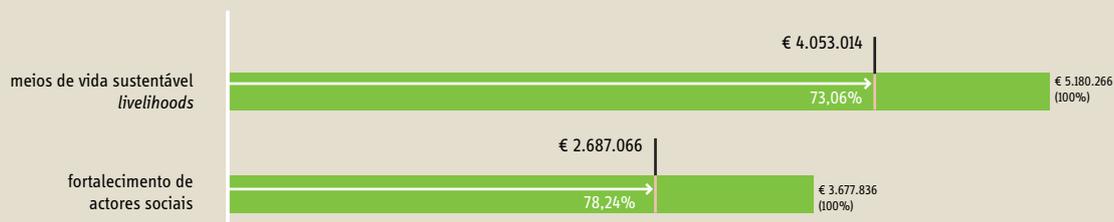
valor total contratado nos projectos de vida sustentável

€ 8.858.102,67

valor total executado nos projectos de vida sustentável

€ 6.740.079,44

execução financeira ponderada por sectores de intervenção



peso financeiro recursos humanos locais

25,13%

custo com os recursos humanos locais nos projectos de vida sustentável

€ 1.693.845,96

peso financeiro recursos humanos expatriados

10,54%

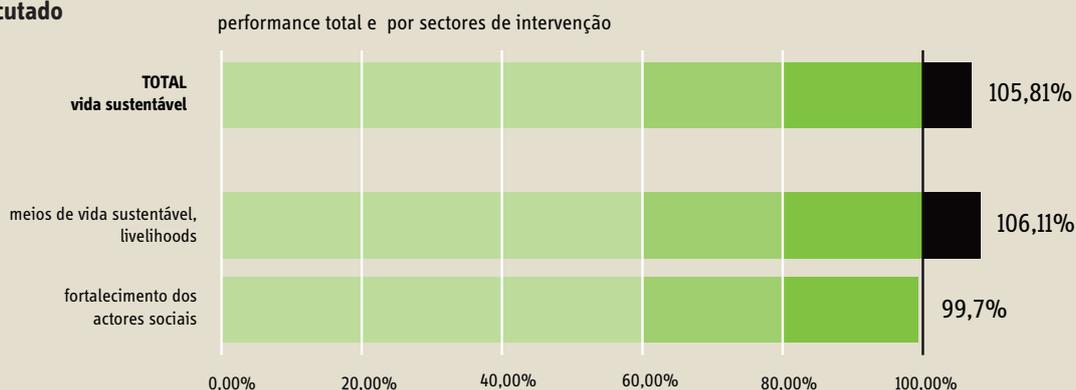
custo com os recursos humanos expatriados nos projectos de vida sustentável

€ 710.080,96

indicadores de performance

resultados atingidos, ponderados pelo valor financeiro executado

105,81%

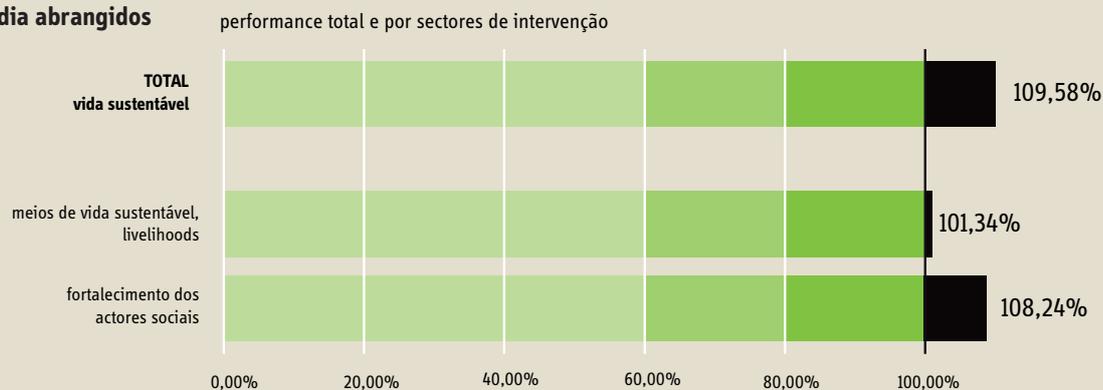


número médio anual beneficiários/dia

341.612

resultados atingidos, ponderados pelo número de beneficiários/dia abrangidos

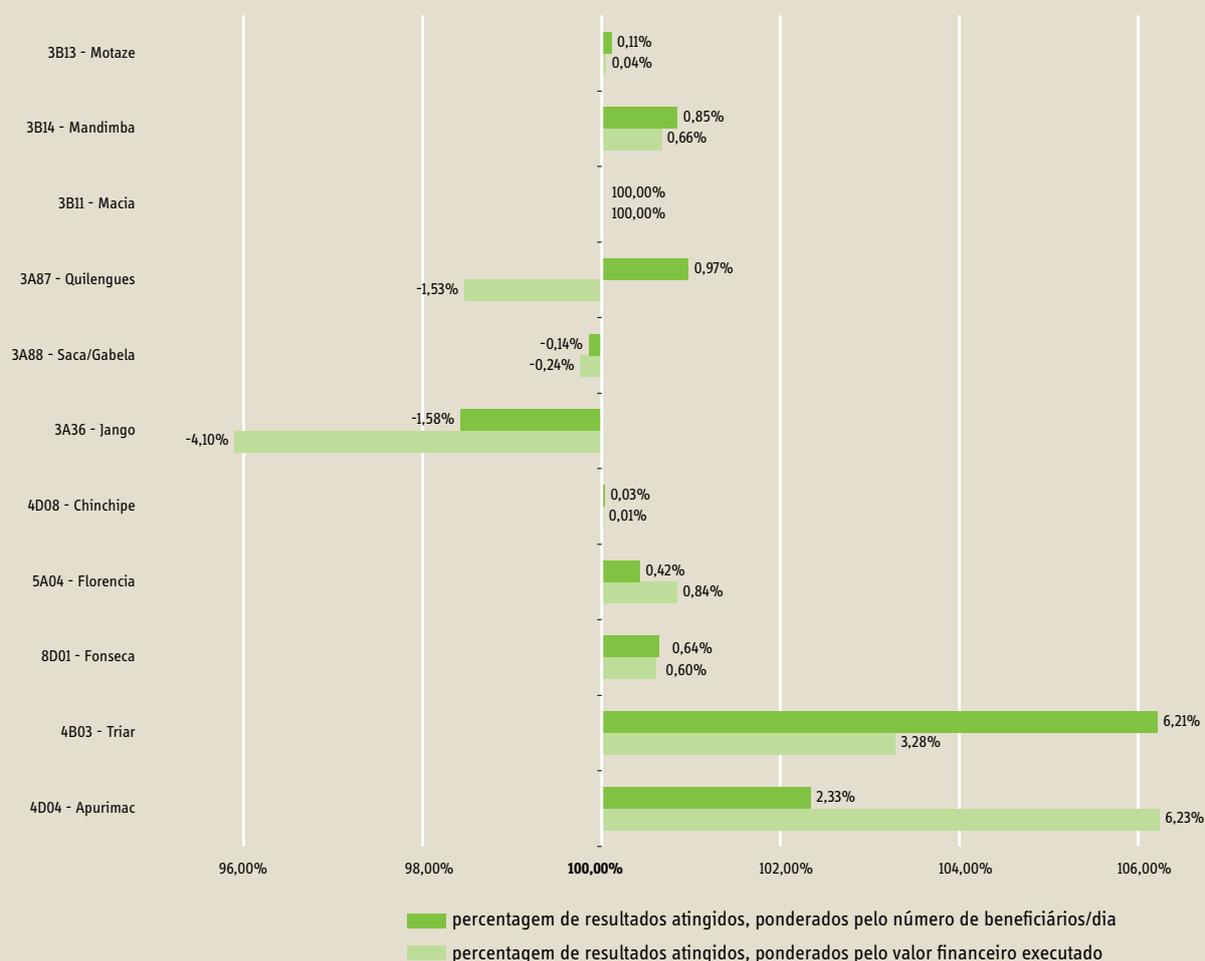
109,58%



indicadores de performance

variação percentual da performance dos resultados atingidos, ponderados pelo valor financeiro executado e pelo número de beneficiários/dia abrangidos

Em virtude de se ter verificado resultados inferiores a 100% em três projectos, optámos por apresentar este gráfico comparativo do desvio da performance dos resultados atingidos, ponderada pelo valor financeiro executado e pelo número de beneficiários/dia abrangidos, ao objectivo 100%.



custo médio beneficiário/dia

€ 0,06

custo médio beneficiário/mês

€ 1,66

custo médio beneficiário/ano

€ 20,23

indicadores de performance da intervenção oikos nos Países em Desenvolvimento

execução financeira

78,48%

valor total contratado nos projectos de vida sustentável

€ 10.100.619,11

valor total executado nos projectos de vida sustentável

€ 7.916.848,50

performance execução financeira - áreas de actividade oikos



peso financeiro recursos humanos locais

23,56%

custo com os recursos humanos locais nos projectos de vida sustentável

€ 1.864.823,16

peso financeiro recursos humanos expatriados

10,75%

custo com os recursos humanos expatriados nos projectos de vida sustentável

€ 851.153,99

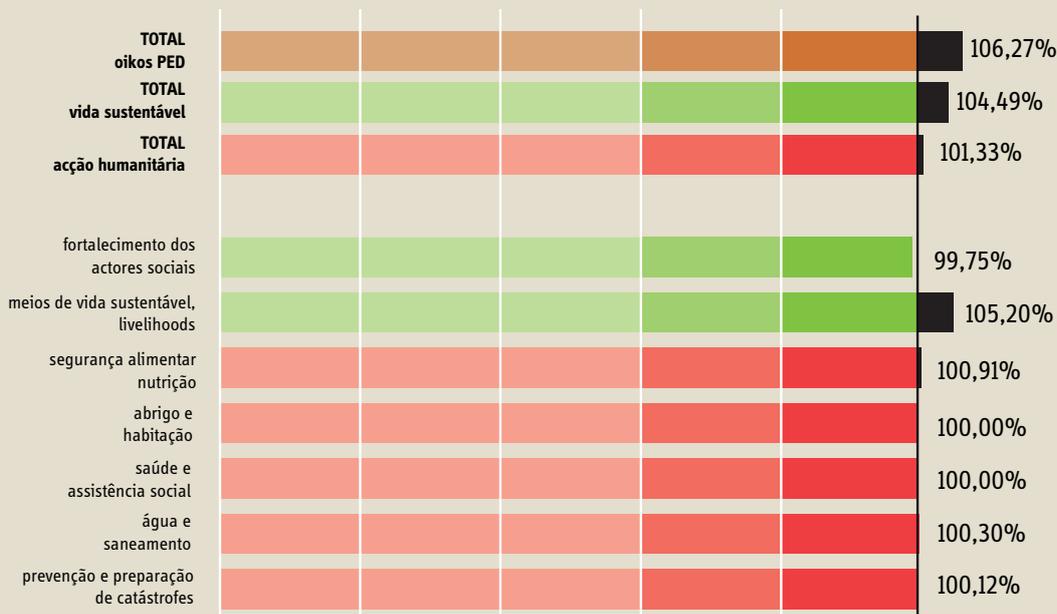
número médio anual beneficiários/dia

383.770

resultados atingidos, ponderados
pelo valor financeiro executado

106,27%

performance total e por sectores de intervenção



resultados atingidos, ponderados pelo
número de beneficiários/dia abrangidos

109,07%

performance total e por sectores de intervenção



custo médio beneficiário/dia

€ 0,06

custo médio beneficiário/mês

€ 1,73

custo médio beneficiário/ano

€ 21,09

1A13 - Finança Ética para o Desenvolvimento

local de intervenção	Portugal			
datas	início	Setembro 2003	conclusão	Dezembro 2006
área do continuum	cidadania global – bem comum			
tema de intervenção	financiamento do desenvolvimento – finança ética			
grupos alvo	sensibilização	opinião pública e cidadãos.		
	materiais pedagógicos e formação	opinion makers e jornalistas, investidores privados (cidadãos e cidadãs empenhados), empresas (incluindo instituições bancárias), organizações do terceiro sector e universidades.		
	lobbying e advocacia	decisores políticos.		
financiadores	CE/DG-DEV, IPAD, oikos			
orçamento	previsto	268.303,95 €	executado	270.359,65 €
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	relatório final aprovado por auditor externo.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	execução financeira atingida			100,8%
	<p>impactos</p> <p>Agendamento do tema da “Finança Ética” na opinião pública. Em Portugal, o tema nunca tinha sido apresentado. O projecto permitiu agendar o tema junto dos seguintes públicos alvo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Universidades (ISCTE, Universidade Católica do Porto e Universidade de Lisboa); ▶ Organizações do Terceiro Sector (ONGD e Organizações do Comércio Justo); ▶ Ordens Religiosas e outros grupos ligados à Igreja; ▶ Empresas e Banca (BCSD, AEP, GRACE, RSE Portugal); ▶ Media e Jornalistas, exemplos: <ul style="list-style-type: none"> • “Media” devem ajudar a perceber responsabilidade social das empresas <i>Público 4 de Março de 2005</i> • Finança ética para promover o desenvolvimento <i>Jornal de Negócios 4 de Março de 2005</i> • Finança ética praticamente inexistente em Portugal: Mercado Português em Estado Embrionário e Microcrédito pode ser rentável e com baixo risco <i>Semanário Económico 18 de Março de 2005</i> • oikos promove investimento da Igreja no microcrédito <i>Semanário Económico 24 de Março de 2005</i> • O novo valor do dinheiro <i>portalexecutivo.com 28 de Março de 2005</i> • O presente da Finança Ética <i>portalexecutivo.com 18 de Abril de 2005</i> • Futura Caixa Económica ética quer que a Santa Casa entre no capital <i>Jornal de Negócios 12 de Abril de 2005</i> • A responsabilidade financeira do indivíduo (artigo de opinião), por Pe. José Martins Rocha <i>Jornal de Negócios 28 de Abril de 2005</i> <p>Criação e disseminação de Conhecimento sobre Finança Ética e Microfinança em Portugal.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Dossier “Finança Ética e Responsabilidade Social de Empresa” ▶ Dossier “Finança Ética: boas práticas de poupança e investimento na Europa” ▶ Dossier “Comércio Justo e Microfinança no Sul do Mundo” ▶ Dossier “Boas práticas de investimento ético na Europa” ▶ Dossier “Microfinança e Cooperação para o Desenvolvimento” 			



1A14 - Mãos Esforçadas: direito ao trabalho e novas formas de escravatura em tempos de globalização

local de intervenção	Portugal			
datas	início	Setembro 2003	conclusão	Dezembro 2006
área do continuum	cidadania global – educação para a cidadania global			
tema de intervenção	migrações e tráfico de seres humanos			
grupos alvo	sensibilização	opinião pública e cidadãos. 75.000 visitas à Exposição “Mãos (Es)forçadas. Nº estimado de 175.000 pessoas em audiências de TV, rádio e imprensa.		
	materiais pedagógicos e formação	223 docentes e líderes associativos, 15.000 jovens e estudantes.		
	lobbying e advocacia	decisores políticos e legisladores, autarquias de Azambuja, Loures, Silves, Almada e Tomar.		
financiadores	CE/DG-DEV, IPAD, oikos			
orçamento	previsto	184 850,00 €	executado	134 097,98 €
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira documental efectuada pelo financiador. relatório final aprovado pelo financiador.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			100%
	execução financeira atingida			72,5%
	<p>impactos</p> <p>Apesar de não ser possível estabelecer uma relação de causa-efeito entre o projecto e as novas políticas públicas em torno das Migrações e Tráfico de Seres Humanos, a verdade é que, particularmente no que respeita ao tráfico de seres humanos, o projecto permitiu um agendamento na opinião pública e procurou activamente provocar alterações legislativas.</p> <p>Os recentes diplomas aprovados e alterações ao código penal são exemplo das novas políticas públicas em torno das migrações e da prevenção/luta contra o tráfico de seres humanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros nº 81/2007 - Plano contra o Tráfico de Seres Humanos; • Diploma: Lei nº 59/2007, de 4 de Setembro - Vigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto - Lei nº 400/82, de 23 de Setembro - Preceitos alterados ao Código Penal em matéria de tráfico de seres humanos e tipologias conexas; • Lei nº 17/2006 de 23 de Maio - Lei Quadro da Política Criminal; • Lei nº 23/2007 de 4 de Julho - Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional; • Lei nº 51/2007 de 31 de Agosto - Define os objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2007 -2009, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio, que aprova a Lei Quadro da Política Criminal; • Lei nº 59/2007 de 4 de Setembro - Vigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro; • Lei nº 48/2007 de 29 de Agosto - 15.ª alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei nº 78/87, de 17 de Fevereiro; • Resolução do Conselho de Ministros nº 63-A/2007 - Plano para a Integração dos Imigrantes; • Comunicado do Conselho de Ministros de 9 de Agosto de 2007 - Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos, aberta à assinatura em Varsóvia, a 16 de Maio de 2005. 			

1A20 - Campanha Pobreza Zero

local de intervenção	Portugal			
datas	início	Julho 2005	conclusão	Dezembro 2007
área do continuum	cidadania global – influência pública			
tema de intervenção	Pobreza Extrema, ODM, Cooperação Internacional e Ajuda Pública ao Desenvolvimento			
grupos alvo	sensibilização	opinião pública e cidadão em geral.		
	materiais pedagógicos e formação	estudantes, jovens, organizações do terceiro sector.		
	lobbying e advocacia	decisores políticos, legisladores e autarquias.		
financiadores	IPAD, FLAD, oikos			
orçamento	previsto	150 000,00 €	executado	97 720,60 €
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira documental anual efectuada pelo financiador. no final do projecto serão efectuadas auditorias técnica e financeira por entidades externas.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril de 2007			70%
	execução financeira atingida			65,15%
	impactos			
	<p>Base Social de Apoio para as questões do Desenvolvimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • cerca de 13.084 aderentes, subscritores do Manifesto, até 31 Dez. 2006; • 19.949 Portugueses levantaram-se contra a pobreza, no dia 17 de Outubro de 2006, apelando aos decisores políticos por: mais e melhor ajuda, justiça no comércio e cancelamento da dívida externa dos países pobres; • crescimento da coligação: 4 ONG gerem a campanha; mais de 20 Organizações aderiram ao manifesto e já realizaram acções da campanha; • cerca de 30 figuras públicas responderam ao desafio para fazerem parte da campanha e darem a sua imagem para anúncios de imprensa, televisão e vídeo; • campanha de media com mais de 2000 inserções publicitárias na imprensa, rádio, TV e cinema; • campanha “Pobreza Zero” representada e com protagonismo ao nível do GCAP – Global Call for Action Against Poverty. <p>Impacto das Políticas Públicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Prof. Freitas do Amaral, na sua intervenção na Conferência da Assembleia da República Portuguesa sobre a reforma das Nações Unidas, a 27 de Outubro de 2005, reafirmou o compromisso de Portugal, enquanto país membro da UE e da comunidade doadora internacional, em atingir o objectivo intermédio de 0,51% de APD/RNB até 2010 e de 0,7% até 2015. Infelizmente, a prática de 2005 demonstrou que a APD portuguesa se resumiu a um modesto 0,21%, o pior desempenho da UE dos 15; • o Comité da Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, no seu relatório de avaliação da Cooperação Portuguesa, destaca o papel da campanha “Pobreza Zero” no âmbito dos esforços necessários para promover o debate público sobre os resultados do desenvolvimento, debate esse que no nosso país tem sido bastante limitado. 			



1A21 - RSE nos Media Iberoamericanos

local de intervenção	Portugal			
datas	início	Setembro 2005	conclusão	Outubro de 2007
área do continuum	cidadania global – bem comum			
tema de intervenção	Responsabilidade Social das Empresas			
grupos alvo	sensibilização		Media, em particular a imprensa escrita; Jornalistas; Empresas e Agências de Comunicação; Actores Públicos de Regulação da Actividade Empresarial; Organizações da Sociedade Civil e Observatórios de Imprensa.	
	materiais pedagógicos e formação		Escolas de Jornalismo e Associações de Classe.	
financiadores	Fundação Avina			
orçamento	previsto	30.000,00€	executado	30.000,00€
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador.		
	financeira	auditoria financeira documental efectuada pelo financiador. relatório final aprovado pelo financiador.		
performance ponderada	base de ponderação em Abril 2007			100%
	execução financeira atingida			100%
	impactos			
Os impactos mais significativos situam-se a dois níveis: aprendizagem institucional de uma metodologia de análise de imprensa (Metodologia desenvolvida pela ANDI – Agência de Notícias para o Desenvolvimento da Infância, Brasil); fortalecimento dos laços de cooperação com parceiros que actuam no âmbito da responsabilidade social das empresas e da sustentabilidade. Refira-se, a título de exemplo, a parceria entre a oikos e a Fundación Ecología y Desarrollo (Espanha), também ela envolvida neste projecto, no âmbito de uma candidatura de Educação para a Cidadania Global, recentemente apresentada à Comissão Europeia, cujo tema está relacionado com a sensibilização para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.				

1A24 - Terra de Todos: Uma Visão Global do Desenvolvimento

local de intervenção	Portugal			
datas	início	Abril 2006	conclusão	Novembro 2007
área do continuum	cidadania global – Educação para a Cidadania Global			
tema de intervenção	transculturalidade			
grupos alvo	sensibilização	Opinião pública e cidadãos (3100: mostras e festivais de cinema documental); 700 jovens dos 14 aos 30 anos, estudantes do grau médio e superior; 40 professores do ensino secundário e universitário; 20 jornalistas; 20 representantes sindicais; 20 técnicos de animação socio-cultural; 200 membros do “Movimento de Cidadãos Solidários”; 10 membros e grupos em risco de exclusão social; 50 activistas e voluntários de movimentos sociais e ONG portuguesas; 10 representantes de empresas.		
	materiais pedagógicos e formação	300 jovens dos 14 aos 30 anos, participantes nas actividades de ED com apoio da unidade didáctica do projecto.		
financiadores	IPAD, oikos			
orçamento	previsto	90.263,00€	executado	29.392,06€
avaliação e auditoria	técnica	relatórios intermédios aprovados pelo financiador. auditoria financeira efectuada por auditor externo. no final do projecto serão efectuadas auditorias técnica e financeira por entidades externas.		
	financeira			
performance ponderada	base de ponderação em abril 2007		30%	
	execução financeira atingida		28%	
	<p>impactos</p> <p>O período de análise do relatório reporta a fase de preparação dos materiais pedagógicos e de selecção de materiais audio-visuais. Ainda assim, podemos já antever um impacto ao nível da construção/fortalecimento de redes sociais.</p> <p>Rede de organizações e produtores, europeus e do Sul, com interesse e experiência na promoção do audiovisual, como ferramenta de análise e construção da transculturalidade, e da sensibilização em torno das relações da Europa com os países do Sul:</p> <p>abertura dos parceiros do projecto para a criação de uma rede permanente de trabalho (CiC-Batá, Espanha; oikos, Portugal; GVC e COSPE, Itália);</p> <p>consolidação da articulação com a Rede Portuguesa de Educação para o Desenvolvimento;</p> <p>estabelecimento de contactos para futuras colaborações com Festivais de Cinema Documental: Apordoc/DOCLisboa e Indielisboa.</p>			

indicadores de performance

execução financeira

89,70%

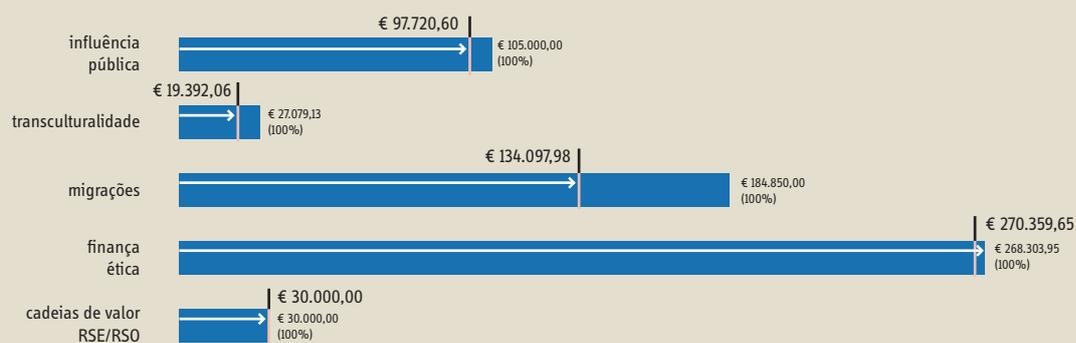
valor total contratado nos projectos de cidadania global

€ 615.233

valor total executado nos projectos de cidadania global

€ 551.570

performance execução financeira - sectores de actividade oikos





4

os nossos compromissos

pilar da sustentabilidade	compromisso
governance	promover um processo contínuo de envolvimento dos <i>stakeholders</i> identificados.
	constituir e estabelecer o Conselho de Gestão de Risco <i>Multistakeholder</i> .
cadeia de valor responsável (value chain)	desenvolver a capacidade dos colaboradores no âmbito da sistematização de aprendizagens, derivadas dos processos e dos projectos em operação.
	desenhar e implementar o sistema integrado de gestão oikos (SIGO) em coerência com o referencial de gestão da qualidade ISO 9001.
	integração transversal do sistema de monitorização e avaliação, por forma a responder às necessidades de informação e controlo de gestão dos vários níveis da organização: governo da organização, operações, serviços partilhados, representações e coordenação de programas e projectos.
	definição de indicadores de avaliação de desempenho para as áreas de Educação para a Cidadania Global e Influência Pública.
responsabilidade ambiental (environmental responsibility)	melhorar o sistema de <i>reporting</i> ambiental oikos-sede, nomeadamente através da contabilização das emissões de carbono dos colaboradores.
	lançar uma campanha de sensibilização da opinião pública para a necessidade de mitigação e adaptação às alterações climáticas.
responsabilidade social (social responsibility)	desenvolver o sistema integrado de gestão oikos (SIGO) em coerência com a norma de gestão da responsabilidade social SA8000.



cooperação e desenvolvimento

Contactos da sede e das delegações:

Portugal (Sede)

Rua Visconde Moreira de Rey, 37 - 2790-447 Queijas, **Linda-a-Pastora, Oeiras**
Telefone (+351) 21 882 3630 · Fax (+351) 21 882 3635 · E-mail oikos.sec@oikos.pt

Angola Rua Comandante Gika Nº 311, Cave Q - Bairro Maianga, **Luanda**

Telefone (+244) 222 32 0941 · Fax (+244) 222 32 0941 · E-mail oikos.angola@ebonet.net

Moçambique Av. Paulo Samuel Kankhomba 487 R/C, **Maputo**

Telefone (+258) 21 496 168 · Fax (+258) 21 496 168 · E-mail oikos.moz@tvcabo.co.mz

Indonésia Jl. Wedana, no. 146, Lam Ara - 23238 **Banda Aceh**

Telefone (+62) 651 742 1955 · Telefone+Fax (+62) 651 418 43

E-mail joao.monteiro@oikos.pt

Bolívia Calle Juan XXIII - Nº 26 · Zona Belen; Edificio San Lorenzo · Planto Baja · **La Paz**

Telefone (+591) 2 212 05 57 · Fax: (+591) 2 231 02 57 · E-mail oikosbol@ceibo.entelnet.bo

Cuba Calle Calzada e/ 2 y 4 - Plaza de la Revolución, **Ciudad de La Habana**

Telefone (+537) 835 72 55 · Fax (+537) 831 04 49 · E-mail oikoscub@enet.cu

Guatemala 7ª Av. 13-39 Edificio Alameda, Apto. 411 - Zona 9, **Ciudad de Guatemala**

Telefone (+502) 23 32 81 54 · E-mail aram.cunego@oikos.pt

Honduras Avenida Costa Rica - Predio Bella Vista - Apt 14, Las Lomas del Guijarro, **Tegucigalpa**

Telefone (+504) 337 608 91 · E-mail Bruno.neto@oikos.pt

Nicarágua Bello Horizonte, Iglesia Pío X 1c Norte (Lago) y 1/2c. Oeste (abajo) Casa T-I-8, **Managua**

Telefone (+ 505) 249 3954 · Fax (+ 505) 249 6176 · E-mail oikos@ibw.com.ni

Peru Calle Junín Mz. GB Lte. 39 - 2ª etapa Sta. Patrícia, distrito de La Molina, **Lima**

Telefone (+51) 1 349-1648 · Fax (+51) 1 349-1648 · E-mail oikos@oikos.org.pe

El Salvador Condominio Residencial Los Pinares - Apartamento 111 B

Boulevard La Sultana - Antiguo Cuscatlán, **La Libertad**

Telefone (+503) 22 43 74 20 · E-mail sara.ruiz@oikos.pt

oikos

cooperação e desenvolvimento

Rua Visconde Moreira de Rey, 37
2790-447 Queijas, Oeiras, Portugal

telefone (+351) 21 882 3630 · fax (+351) 21 882 3635
e-mail oikos.sec@oikos.pt · website www.oikos.pt